



FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ

FUNVIC

Faculdade de Pindamonhangaba

DEUS SEJA LOUVADO



Organização
da Nação Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

FUNVIC
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA
VIDA CRISTÃ - BRASIL

Ana Paula Gomes Bezerra
Fernanda de Carvalho Lima
Heloisa Helena Serafim Oliveira Santos

**REFORMA PROTESTANTE: OS ACONTECIMENTOS
SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS
SUCEDIDOS, ENTRE OS ANOS 1300 – 1600**

Pindamonhangaba - SP

2018



FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ

FUNVIC

Faculdade de Pindamonhangaba

DEUS SEJA LOUVADO



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Curso: MESTRADO
Fundação Universitária
Vida Cristã - Brasil

Ana Paula Gomes Bezerra
Fernanda de Carvalho Lima
Heloisa Helena Serafim Oliveira Santos

**REFORMA PROTESTANTE: OS ACONTECIMENTOS
SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS
SUCEDIDOS, ENTRE OS ANOS 1300 – 1600**

Projeto apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do Diploma de Bacharel pelo Curso
Teologia da FUNVIC – Fundação Universitária
Vida Cristã

Orientador: Prof. Esp. Ricardo Alexandre de
Carvalho

Pindamonhangaba – SP

2018

Gomes Bezerra, Ana Paula ; Carvalho Lima, Fernanda ; Serafim Oliveira Santos, Heloisa Helena

Reforma Protestante: os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e religiosos sucedidos, entre os anos 1300 – 1600 / Ana Paula Gomes Bezerra; Fernanda de Carvalho Lima; Heloisa Helena Serafim Oliveira Santos / Pindamonhangaba–SP : FUNIC Fundação Universitária Vida Cristã, 2018
52f.

Monografia (Graduação em Teologia) FUNVIC-SP.

Orientador: Prof. Esp. Ricardo Alexandre Carvalho.

1. Igreja. 2. Lutero. 3. Reforma Protestante. 4. Papado.

I Reforma Protestante: os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e religiosos sucedidos, entre os anos 1300 – 1600 II Ana Paula Gomes Bezerra; Fernanda de Carvalho Lima; Heloisa Helena Serafim Oliveira Santos.



FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ

FUNVIC

Faculdade de Pindamonhangaba

DEUS SEJA LOUVADO



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

CLAU-INTERC/UNIC
Fundação Universitária
Vida Cristã - Brasil

**ANA PAULA GOMES BEZERRA
FERNANDA DE CARVALHO LIMA
HELOISA HELENA SERAFIM OLIVEIRA SANTOS**

**REFORMA PROTESTANTE: OS ACONTECIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICOS,
ECONÔMICOS E RELIGIOSOS SUCEDIDOS, ENTRE OS ANOS 1300 – 1600**

Monografia apresentada como trabalho de
conclusão para obtenção do diploma de Bacharel
em Teologia da Fundação Universitária Vida Cristã.

Data _____

Resultado _____

Banca Examinadora

Prof _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura _____

Prof _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura _____

Prof _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura _____

Dedicamos este trabalho, primeiramente à Deus, pois é quem nos concede vida a cada manhã. Ele é nossa fonte de sabedoria e a força que nos impulsiona a persistir mesmo quando tudo é contra nós. Aos nossos pais, esposos e filhos, por nos apoiarem em nossos sonhos e projetos. Aos nossos professores e mestres, os quais nos mostraram o caminho para o conhecimento, compartilhando conosco um pouco do que Deus lhes outorgou.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Universitária Vida Cristã, pela oportunidade de um ensino de excelência.

Ao professor especialista Ricardo Alexandre de Carvalho, pela dedicação e paciência para que este projeto se tornasse uma realidade.

À nossa família, por todo o apoio sentimental, financeiro e por corroborar nessa árdua jornada.

“Desejei ver com a inteligência o que acreditei, há, pois, na fé uma vontade pela verdade”. Santo Agostinho (354-430 d.C).

RESUMO

Neste trabalho ponderaremos um dos momentos mais marcantes da História da Igreja: a Reforma Protestante, a qual culminou na Alemanha e entre as elucubrações de Martinho Lutero, gerando um terreno fértil para uma projeção contra as imoralidades e corruptelas do clérigo Romano. Ademais, pressões internas e externas fizeram com que a Reforma Protestante fosse imprescindível naquele momento histórico da Igreja, ressurgindo por meio da Renascença uma mudança intelectual, alcançando seu ápice ao romper com a Igreja Católica, provocando a ruptura efetiva da unidade cristã e auferindo centralidade à autoridade da Bíblia. Este trabalho está alicerçado em fundamentações, principalmente, nas obras de Justo González, Earle E. Cairns, Kenneth S. Latourette e Robert H. Nichols. A repercussão da Reforma resultou no maior cisma já registrado na história da Igreja e perpetrou grandes diferenças entre Catolicismo e Protestantismo. Diante desta impactante cisão eclesiológica, irromperam mudanças teológicas cruciais, educacionais, sociais, econômicas e políticas. Por fim, este projeto tenciona esclarecer aos cristãos qual foi o cenário decorrido antes da Reforma Protestante que levou o momento de sua eclosão, bem como, os motivos que levaram a tal reforma.

Palavras-chave: Igreja. Lutero. Reforma Protestante. Papado.

ABSTRACT

In this work we will consider one of the most striking moments in Church history: the Protestant Reformation, which culminated in Germany and among the lucubrations of Martin Luther, generating fertile ground for a projection against the immorality and corruption of the Roman cleric. In addition, internal and external pressures made the Protestant Reformation indispensable in that historical moment of the Church, resurrecting through the Renaissance an intellectual change, reaching its apex when breaking with the Catholic Church, provoking the effective rupture of the Christian unity and gaining centrality to the authority of the Bible. This work is based on foundations, mainly in the works of Justo González, Earle E. Cairns, Kenneth S. Latourette and Robert H. Nichols. The repercussion of the Reformation resulted in the greatest schism ever recorded in Church history and perpetrated great differences between Catholicism and Protestantism. Faced with this shocking ecclesiological split, crucial, educational, social, economic, and political theological changes have broken out. Finally, this project intends to clarify to Christians what was the scenario that took place before the Protestant Reformation that took the moment of its outbreak, as well as the reasons that led to such reform.

Key words: Church. Luther. Protestant Reformation. Papacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
3 PRESSÕES PARA UMA REFORMA (1305 – 1517).....	14
3.1 PRESSÕES INTERNAS PARA REFORMA PROTESTANTE.....	14
3.1.1 <i>O Papado em Declínio</i>.....	14
3.1.1.1 O Cativoiro Babilônico do Papado.....	16
3.1.1.2 O Grande Cisma e o Imposto Papal.....	17
3.1.2 <i>Os Concílios dos Reformadores</i>.....	19
3.1.3 <i>Os Místicos</i> 21	
3.1.4 <i>Os Precursores da Reforma</i>.....	21
3.1.4.1 John Wycliffe (1328-1384).....	22
3.1.4.2 John Huss (1373-1415).....	23
3.1.4.3 Jerônimo Savonarola (1452-149).....	26
3.2. PRESSÕES EXTERNAS PARA REFORMA PROTESTANTE.....	28
3.2.1 <i>A Renascença e a Idade das Trevas</i>.....	28
3.2.1.1 O Renascentismo Italiano.....	29
3.2.1.2 As Nações-Estado e a Classe Média.....	30
4 A REFORMA PROTESTANTE (1517).....	32
4.1 A PREPARAÇÃO DO MUNDO PARA A REFORMA PROTESTANTE.....	33
4.1.1 <i>Razões Para Reforma</i>.....	33
4.1.1.1 Políticas.....	33
4.1.1.2 Econômicas.....	33
4.1.1.3 Sociais.....	34
4.1.1.4 Intelectuais.....	34
4.1.1.5 Religiosas.....	34
4.2 A REFORMA PROTESTANTE DE LUTERO.....	35
4.2.1 <i>Vida e Obra de Martinho Lutero</i>.....	35
4.3 OS RESULTADOS DA REFORMA PROTESTANTE.....	38

<i>4.3.1 Mudanças na Teologia</i>	38
<i>4.3.2 Surgimento de novas igrejas cristãs</i>	39
<i>4.3.3 Fortalecimento dos princípios sociais e econômicos da burguesia</i>	40
<i>4.3.4 Tradução da Bíblia</i>	41
<i>4.3.5 Impacto na educação</i>	42
<i>4.3.6 Resultados da Reforma Protestante para a Igreja Católica</i>	43
4.4 DIFERENÇA ENTRE O CATOLICISMO E O PROTESTANTISMO NO SÉCULO XVI	46
5 MÉTODO	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Protestante foi um movimento cristão que teve seu início no século XVI com um monge chamado Martinho Lutero, que fixa 95 teses nas portas da Igreja do Castelo de Wittenberg na Alemanha em 31 de outubro de 1517, com o intuito de gerar um debate com os eruditos e dignitários sobre os abusos do sistema de indulgências da Igreja Católica Romana.

Lutero não tinha a intenção de criar uma comoção religiosa com essas teses. Porém, elas tiveram tal impacto que a data foi registrada como o início do movimento. Os princípios fundamentais da Reforma Protestante são conhecidos como os Cinco solas (*Sola Scriptura* - Somente a Escritura, *Sola Fide* - Somente a Fé, *Sola Gratia* - Somente a Graça, *Solus Christus* - Somente Cristo, *Soli Deo Gloria* - Glória somente a Deus). Cada um desses princípios são a base para a doutrina do cristianismo, envolvendo a fé e a prática.

Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus, provocando uma mudança religiosa, iniciada na Alemanha e se estendendo para a Suíça, a França, os Países Baixos, o Reino Unido, a Escandinávia, partes do Leste europeu, principalmente os Países Bálticos e a Hungria.

O resultado da Reforma Protestante foi a divisão da chamada Igreja do Ocidente entre os católicos romanos e os reformadores ou protestantes, originando assim o denominado Protestantismo.

De todas as divisões entre cristãos, a existente entre os católicos e protestantes é a mais profunda e repleta de consequências históricas. Toda a Europa ocidental formava unicamente uma sociedade, ou seja, formava um único corpo – a cristandade. No entanto, o fracionamento ocorrido após a Reforma marcou uma nova era para o mundo cristão. Esta cisão é tão profunda, que não há a intenção neste estudo de apontar solução alguma que possa reparar atualmente tais consequências e circunstâncias históricas vivenciadas.

Faz-se necessário que a História seja lembrada e repensada para que o foco da Reforma não se perca. No século presente, a Igreja de Cristo está enfrentando problemas tão graves quanto os que foram questionados por Lutero há quinhentos anos. À vista disso, para que tenhamos uma igreja saudável, que apregoe o evangelho genuíno, precisamos voltar às origens da igreja, ou seja, a igreja estabelecida pelos apóstolos de Jesus Cristo. E, assim, como nos primeiros séculos da nossa era, houve homens e mulheres que lutaram a favor de uma igreja pura, hoje, precisamos igualmente que se levantem servos de Deus, os quais lutem pelo nome

de Cristo, em favor de um corpo cristão que leve em conta os cinco solas restabelecidos pela Reforma.

Diante do exposto, o objetivo geral é buscar o conhecimento histórico, esclarecer pontos obscuros trazendo luz a questões que há séculos degradam a Igreja Cristã.

Por isso, esse trabalho objetiva apresentar de forma sucinta o período anterior ao movimento da Reforma e os acontecimentos sucedidos entre os anos 1300 e 1500, sobretudo, os fatos políticos, sociais, econômicos e religiosos que possibilitaram a Reforma Protestante, primeiramente na Alemanha e em seguida espalhada para o “mundo” ocidental. Visa também elencar alguns dos resultados que esse evento histórico trouxe para o cristianismo.

Este estudo se dividirá em três partes, sendo que a primeira se dedicará às pressões exercidas para que a Reforma acontecesse, as quais se dividem em internas – dentro da Igreja – e externas; a segunda parte irá tratar rapidamente sobre a Reforma Protestante em si e finalmente, na última parte, abordará a resposta que a Igreja Católica Romana deu frente à Reforma, bem como, os resultados da Reforma Protestante para a Teologia e o mundo. (Parágrafo inserido por sugestão da professora) Portanto, este projeto tenciona esclarecer aos cristãos qual foi o cenário decorrido antes da Reforma Protestante que levou o momento de sua eclosão, bem como, os motivos que levaram a tal reforma.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O termo reforma é muito bem esclarecido por Zukowski (2017, p. 11) que diz: “A simples expressão ‘reforma’ sugere uma mudança de algo que já existe”. À vista disso, podemos compreender que a Reforma partiu de uma situação que precisava de mudança, de reestruturação e de uma revisão de doutrinas para outra situação que intentava aclarar a visão destes problemas, evidenciando quais eram os dilemas que envolviam a religião neste período da História. É possível divisar que não ocorreu uma mudança de maneira repentina, pois se desenrolaram situações que transcorreram gradativamente e, ao final, fizeram eclodir o movimento.

Quando se fala de Reforma Protestante, imediatamente o pensamento de que o movimento foi apenas teológico surge entre os cristãos. Porém, além do estudo teológico, torna-se fundamental perscrutar os antecedentes históricos que são negligenciados, e que intrinsecamente são de ampla importância para a compreensão do desenvolvimento e do surgimento deste movimento.

Todo o contexto histórico que antecede o século XVI, tanto político quanto social, econômico e intelectual, tece um cenário que se tornou propício para que sobreviesse a Reforma. Logo, a necessidade de que houvesse uma reforma já se fazia presente séculos antes do início da mesma.

É imprescindível principiar esse estudo partindo do século XIV em diante para compreender todo o cenário que direta e indiretamente levou à Reforma Protestante.

O renomado historiador Justo González (2014) nomeia esse período de “A era dos sonhos frustrados”, pois os arquétipos arquitetados pela cristandade medieval que prefiguravam serem atingidos, começaram a fracassar e declinar.

George (1993, p. 25) conclama que “os dois séculos anteriores à Reforma se mostram singularmente vitais em face de desafios e mudanças sem precedentes”. E essas mudanças foram vitais para que todo o cenário da época sofresse alterações.

Muito além de um movimento apenas religioso, o impacto da Reforma e o seus benefícios atingiram todo o contexto mundial e todos os âmbitos do conhecimento humano.

3 PRESSÕES PARA UMA REFORMA (1305 – 1517)

3.1 Pressões Internas para Reforma Protestante

Apesar do pensamento de que a Reforma Protestante tenha se iniciado apenas com a figura de Martinho Lutero, é possível perceber um declínio da unidade da cristandade, devido ao afastamento da Bíblia.

Já que a Igreja passou a oferecer a salvação baseada em sacramentos de forma exclusivista, o comércio de relíquias sagradas e a adoção de penitências estavam em evidência (ZUKOWSKI, 2017, p. 18).

Além dos problemas citados acima, grande corrupção do clero se havia estabelecido neste período fazendo com que o povo cristão que formava apenas uma unidade se esmorecesse. Algumas condições garantiram esse cenário, sendo que uma das principais circunstâncias foi o declínio do Papado, cujos motivos, segundo Latourette (2006, p. 842) são “o pluralismo, o absentismo, a avareza da busca de si mesmo, e a vida folgada e livre” de que todo o clero se valia, o que fez com que a concepção que os leigos faziam em relação ao clero mudasse.

Com isso, a igreja manchou de forma vergonhosa o caráter do clero, tornando doente a cristandade. E alguns sintomas que perfaziam essas doenças são o declínio do papado, o cativeiro babilônico e o grande cisma, sobre os quais trataremos a seguir.

3.1.1 O Papado em Declínio

Toda a política praticada pelo bispado e clérigos acabou por torná-los muito ricos e possuidores de grandes regalias, trazendo ampla corrupção aos mesmos, que focavam a atenção exclusiva a esse tipo de questão e deixavam os assuntos espirituais e eclesiásticos completamente a desejar (CAIRNS, 2008, p. 219).

Um problema muito comum neste momento e que estava sendo extensivamente praticado desde o nono século foi a simonia, ou seja, a venda de ofícios e cargos eclesiásticos, ou compra de privilégios, prestígios e ofícios religiosos. A indicação do cargo eclesiástico deixou de ser regida por critérios espirituais e passou a ter razões seculares. Negligenciava-se o exame que buscava ver se o candidato estava qualificado ou se seria merecedor da(s) posição(s) obtida(s). A simonia era proibida pelo cânon católico, pois o termo se origina do relato de Simão o Mago (de Atos 8.9-24), o qual havia tentado comprar dos apóstolos, o dom do Espírito Santo (GONZÁLEZ, 2011, p. 474). Um dos maiores exemplos dessa prática foi a eleição de Rodrigo Bórgia, o qual era sobrinho do Papa Calixto III (papa de 1455 a 1458) que fez progredir os membros de sua família usando o poder papal. O grande beneficiário foi

Rodrigo, que igualmente foi eleito papa, conhecido como o infame Alexandre VI. Latourette (2006, p. 868) enfatiza que este se tornou papa e “obteve a eleição por intermédio de suborno dos cardeais”.

O nepotismo, que é o apontamento de parentes para cargos de confiança, também foi praticado profusamente entre os clérigos. Um exemplo descomedido de nepotismo foi o do papa Clemente V que nomeou cardeais que eram seus sobrinhos ou parentes próximos, uma das manchas da igreja até o século XVI (GONZÁLEZ, 2011, p. 468). Além do nepotismo, havia o pluralismo, no qual apenas um exercia mais de um ofício ao mesmo tempo, - devido à prática da simonia - o que também levava ao absentismo, ou seja, o recebimento de pagamentos e privilégios por um cargo, porém sem nunca de fato tê-lo exercido oficialmente (GONZÁLEZ, 2011, p. 474).

O declínio moral se difundiu no meio clerical, devido à vida de luxúria “no estilo dos príncipes seculares, caçavam, jogavam, divertiam-se profusamente e tinham amantes” (LATOURETTE, 2006, p. 858). O citado papa Alexandre VI chegou a ter várias amantes e filhos. Ele já possuía uma amante antes de se tornar papa; mas, após a eleição, teve outras. Ademais, indicou seu próprio filho, César Bórgia, “para uma carreira na Igreja. Com a idade de sete anos, César recebia benefícios. Mais tarde, tornou-se bispo e quando seu pai foi eleito papa, ele se tornou arcebispo e, então, cardeal”. (LATOURETTE, 2006, p. 868).

A regra do celibato para os sacerdotes que há muito tempo tinha sido o ideal do Ocidente e que desde 590 d.C. o Papa Gregório havia buscado aplicar tão enfaticamente, não era exercida. Com suas concubinas, os clérigos tinham filhos e deixavam de lado as atividades eclesiásticas, já que se preocupavam quase exclusivamente com sua prole e igualmente com as atividades políticas.

Do monasticismo, que tinha o ideal ascético, de devoção e de trabalho, passou-se ao vício e à ociosidade por toda a Europa. Muitos bispos não sabiam ler e nem escrever.

Afora de toda essa situação de imoralidade, havia as vendas de indulgências e relíquias; a preocupação pela arquitetura e pelo embelezamento das igrejas, utilizando os tetos abobadados para serem pintados e esculpidos com cenas reais ou irreais, já com influências Renascentistas. Além disso, obras de arte como pinturas, esculturas ou arquiteturas eram acumuladas (GONZÁLEZ, 2011).

Essa degradação do clero se aprofundou ainda mais ao longo dos séculos XIV e XV, até que a Europa explodiu de indignação e ódio contra tais falsos representantes de Deus. E, com essa conjuntura estabelecida, ainda se desencadearam eventos como o Cativoiro Babilônico do Papado, o Grande Cisma e o Imposto Papal.

3.1.1.1 O Cativo Babilônico do Papado

De acordo com Cairns (2008), o Cativo Babilônico do Papado (1309-1377) e o Grande Cisma (1378-1417) foram os dois eventos que despojaram definitivamente o prestígio do papa. O papa era a figura que galgou ao ápice de poder com o renomado papa Inocêncio III (1160-1216), dado que, era designado como autoridade suprema na terra, estava acima do homem e abaixo de Deus e assenhorava a incumbência de governar o mundo inteiro e a Igreja. No entanto, o papado achava-se em discrepância do ideal do cargo, em completa imoralidade e, no século XIV, desvelou-se dominado pela França (CAIRNS, 2008, p. 219).

Bento XI (1303-1304) foi eleito papa e teve muitas dificuldades em sua gestão, pois seu antecessor o papa Bonifácio VIII havia feito muitos inimigos, inclusive os reis da França e da Inglaterra. Bento seguiu uma política de reconciliação, perdendo os inimigos de seu antecessor, entretanto, muitos queriam julgar o papa já falecido. Bento não queria que isso viesse a acontecer, pois se trataria de um “rude golpe para a autoridade e o prestígio dos papas” (GONZÁLEZ, 2001, p. 467).

Bertrand de Got que aderiu ao título de Clemente V (1305-1314) foi um papa francês eleito depois da morte de Bento. Ele havia sido nomeado arcebispo de Bordeaux por Bonifácio e sua eleição como papa se deu pelos cardeais após uma disputa entre rivais, sendo que para receber o cargo, ele mudou de lado. Por conseguinte, era um homem de caráter claudicante e de pouca solidez (GONZÁLEZ, 2001, p. 468).

Durante todo o tempo de seu papado, Clemente nunca esteve em Roma. O rei da França tinha interesse que o papa estivesse em território francês. Em função disso, foi domiciliado desde 1309 em Avinhão, “cidade perto da fronteira com a França e propriedade papal, onde seus sucessores fixaram residência depois de muitos anos” (GONZÁLEZ, 2001, p. 468).

Clemente praticou extensivamente o nepotismo. A França usava como artifício para mantê-lo no país - e para que não voltasse a Roma - a possibilidade de convocar um concílio que julgaria o falecido papa Bonifácio. Essa arma fez com que os franceses obtivessem dele tudo o que desejavam, principalmente anular decisões que foram tomadas por Bonifácio. O mais vergonhoso de seus atos, foi a extinção da ordem dos Templários, acusando-os de heresia e imoralidade (GONZÁLEZ, 2001, p. 468).

O papa de maior duração foi João XXII (1316-1334), eleito dois anos após a morte de Clemente. Mesmo sendo já idoso, com 72 anos de idade, João teve um governo vigoroso, “possuindo dons notáveis de organizar e de executar; ele aumentou a centralização dos negócios da Igreja na cúria papal e departamentalizou a administração” (LATOURETTE, 2008, p. 657). No entanto, teve dificuldades financeiras e, com a finalidade de aumentar as receitas do papado,

instituiu impostos papais, a fim de “fazer fluir para as arcas pontifícias os recursos necessários para os desígnios políticos e os sonhos arquitetônicos do papado” (GONZÁLES, 2011, p. 470).

Depois veio Bento XII (1334-1342), que deixou claro que a residência do papa seria na França, construindo um grande palácio em Avinhão e mandando buscar os arquivos papais que estavam em Roma. Seguiu-se pelo papa Clemente VI (1342-1352) que emanou o nepotismo e desperdício em sua corte. Inocêncio IV restaurou parte do poder e prestígio papal. Urbano V (1362-1370) conseguiu voltar para Roma. Todavia complicações políticas resultaram em seu retorno a Avinhão.

Finalmente, o último papa desse período de cativo foi Gregório XI (1370-1378) o qual foi pressionado pela mística Santa Catarina de Siena (1347-1380) a regressar a Roma. E na data de 17 de janeiro de 1377, Gregório pôs termo ao Cativo Babilônico do Papado (GONZÁLEZ, 2011, p. 471).

De acordo com o autor supracitado, depreende-se que no “Cativo Babilônico”, o papado permaneceu por 68 anos. Durante esse tempo ele perdeu o prestígio no pensamento e na consciência da Europa. O simples fato de mudar-se de Roma constituiu uma queda irreparável de autoridade. Assim, o domínio francês rebaixou o papado aos olhos de todos os povos. A Europa gemia debaixo das contínuas extorsões e explorações de toda sorte. E, apesar do término do cativo, as adversidades não cessaram. Surgiriam outros problemas, tais como o “Grande Cisma” e o “Imposto Papal”.

3.1.1.2 O Grande Cisma e o Imposto Papal

O Grande Cisma não deve ser confundido com o Cisma de 1054. Este Grande Cisma se desenrolou após 1378. O Papa Gregório XI, que havia regressado a Roma, teve tantas dificuldades que chegou a cogitar a probabilidade de voltar para o território francês, e somente não efetivou seu desejo porque morreu antes de fazê-lo.

Os cardeais que eram de maioria francesa sofreram pressão do povo para que escolhessem um papa romano ou italiano, e que não fosse francês. Essa aspiração do povo se devia ao fato de que não houvesse a possibilidade de o papado voltar para Avinhão. Assim, Bartolomeu Prignano, arcebispo de Bari, que era italiano, foi eleito e tomou o título de Urbano VI (1378-1389). Todavia, este queria desvanecer a escuridão do período de cativo e, para isso, nomeou cardeais italianos em grande número. Com essa atitude, Urbano foi taxado de louco e suas atitudes o denunciavam (GONZÁLEZ, 2011, p. 475).

Os cardeais que haviam elegido Urbano o abandonaram e não mais o aceitaram como papa legítimo. E estes mesmos cardeais se reuniram e elegeram um novo pontífice. Havia agora

dois papas ao mesmo tempo. E o título do novo pontífice era Clemente VII (1378-1394), que tomou este título com a intenção de seguir o papado na França. Desta maneira, um papa estava em Roma, enquanto o outro estava em Avinhão (GONZÁLEZ, 2011, p. 476).

Cada qual, usando a política para obter apoio e sobrepujar o rival, pediu a corroboração dos soberanos de todas as nações. A divisão foi extensa, não meramente entre países, mas em alguns casos, até mesmo entre as cidades. Em 1389 Urbano morre e imediatamente seus cardeais elegem Bonifácio IX.

Como esse impasse não seria resolvido facilmente, teólogos da Universidade de Paris expõem três possibilidades de resolução do cenário ao rei. “A primeira, era que os dois pretendentes renunciassem, e fosse eleito um novo papa; a segunda previa a negociação entre os dois partidos, sujeita a arbitragem; e a terceira, um concílio universal” (GONZÁLEZ, 2011, p. 477).

O rei da França, Carlos VI aceitou a proposta dos teólogos e recomendou que a primeira alternativa fosse colocada em prática. Nesse ínterim, Clemente morre e, mesmo com a proposta do rei, os cardeais elegem o cardeal Pedro de Luna, que aderiu ao título de Bento XIII, o qual tomou a iniciativa de dialogar com o rival. Gregório declarou estar “disposto a abdicar, se Bento fizesse o mesmo” (GONZÁLEZ, 2011, p. 478). Diante disso, negociações foram feitas até que os dois “papas” marcaram um encontro, mas apesar da pouca distância e de percorrido alguns meses, Gregório passou a rejeitar o encontro com Bento (GONZÁLEZ, 2011, p. 477-478).

Diante do exposto, os cardeais de ambos os lados retiraram seu apoio e abandonaram seus líderes que assim, estavam desassistidos (GONZÁLEZ, 2011, p. 478).

Durante o Cativo Babilônico do Papado, o Papa João XXII, teve dificuldades financeiras em meio às políticas adotadas e devido às extensas guerras com a Alemanha. Com o objetivo de conseguir aumentar a receita do papado, ele instituiu um pesado imposto papal.

No período do Cisma, o papa Bonifácio IX, que tinha como rival o papa Clemente VII, exerceu com grande força a simonia com o intuito de vencer o rival. Para adquirir os recursos necessários, “a igreja se transformou em um sistema de impostos e exploração, mais terrível que os piores tempos do ‘cativo babilônico’” (GONZÁLEZ, 2011, p. 477).

Além das circunstâncias apresentadas, é vital compreender que, neste momento do Cisma, havia duas cortes papais que necessitavam ser sustentadas, bem como dois grupos de cardeais e assessores. Assim, os impostos papais “tornaram-se uma carga pesada para o povo da Europa” (CAIRNS, 2008, p. 221).

Por mais de trinta anos, houve dois papas, um, em Avinhão, e outro, em Roma. Algumas nações reconheciam o de Roma; outras, o de Avinhão. A contenda e a discórdia dominavam

toda a Igreja. A situação era tão intolerável que os cardeais de ambos os papas convocaram um concílio geral para acabar com o Cisma.

3.1.2 Os Concílios dos Reformadores

Durante o Cativo Babilônico do Papado, já havia grande descontentamento com a retirada do papa para Avinhão. No entanto, quando se deu o Grande Cisma, o desgosto foi ainda maior, gerando uma necessidade de reforma dentro da Igreja. Os estudiosos das universidades, em grande destaque Guilherme Occam advogava um concílio que poderia fazer a devida reforma da Igreja, “mesmo contra a vontade do papa” (GONZÁLEZ, 2011, p. 480).

Com a realização do Concílio, o problema do Grande Cisma seria resolvido, mas o foco principal seria a reforma da Igreja. De acordo com González (2011, p.480) “parte dessa reforma era a descentralização do poder” papal. Uma grande questão era quem deveria solicitar o Concílio, já que na circunstância apresentada nem os dois papas, nem os imperadores poderiam fazê-lo, visto que não agiriam com imparcialidade. Todavia, os cardeais de ambos os lados retiraram a obediência tanto ao papa de Avinhão quanto ao de Roma e, em conjunto, fizeram uma convocação do concílio universal, estabelecendo o local e a data, em Pisa, no ano 1409.

Os dois Papas haviam projetado cada qual o seu Concílio, no entanto, os prelados que compareceram logo se dispersaram pelas discórdias, até que ambos se refugiaram, sendo Bento XIII na fortaleza de Penhíscola em Aragão e Gregório XII em Rímini.

O Concílio se reuniu em Pisa, conforme o previsto. Ao invés de decidirem qual papa havia sido eleito de forma legítima, decidiram depor os dois papas, ficando vago o trono papal. Visto que se necessitava de um novo papa, o conclave elegeu Pedro de Candia, Alexandre V. Apesar disso, o concílio só foi dissolvido após “medidas em favor da reforma eclesiástica [e] dados os primeiros passos em direção a uma reforma que eliminaria males como a simonia e o absentismo” (GONZÁLEZ, 2011, p. 482).

Os dois papas depostos não aceitaram a decisão do concílio e ambos tomaram atitudes iguais, cada qual excomungou seus cardeais. Mesmo que a circunstância os desfavorecesse, Bento e Gregório continuaram agindo como anteriormente, bem como, tendo os mesmos apoios. Por isso, ao invés de dois papas, agora existiam três. Alexandre V apenas queria alicerçar seu cargo e não se preocupou com seus rivais. Morreu dez meses depois de ocupar o papado e Baltazar Cassa é eleito em seu lugar, com o título de João XXIII. Este, buscando evitar problemas, fugiu da Itália e se refugiou com Sigismundo, imperador da Alemanha, que já sonhava em pôr fim ao grande cisma. Sigismundo convoca um novo concílio universal na cidade de Constança, na Suíça (GONZÁLEZ, 2011, p. 482-483).

O Concílio teve início em 1414 durando até 1418. Os votos foram determinados por nações formando cinco grupos, sendo ingleses, alemães, franceses, italianos e espanhóis. Cada nação teria apenas um voto. Foi pedida a renúncia de João, bem como de Gregório e Bento. Depois de algumas dificuldades em 1415, João e Gregório renunciaram e Bento perdeu seu apoio ficando vago outra vez o trono papal.

Seguiu-se o Concílio com a eleição de Martinho V e a decisão de manter o movimento conciliar, com assembleias a cada dez anos. O Grande Cisma do Ocidente finalmente havia terminado (GONZÁLEZ, 2011, p. 484-485).

Ao fim do Concílio, um decreto chamado de *Frequens* foi estipulado no Concílio de Constança, o qual determinava que uma nova assembleia conciliar devia se reunir em 1430. Martinho V não queria a reunião, mas não teve alternativas e convocou o Concílio que se reuniria em Basileia.

Neste ínterim, o papa morre e seu sucessor, Eugênio IV também pretendia dissolver a assembleia; no entanto, não o fez. As reuniões tiveram início em 1431 e decorreram até 1449. O papa queria voltar a ter autoridade máxima e não se sujeitar ao conciliarismo, contudo, surgiu uma possibilidade de reunificar as Igrejas do Ocidente e Oriente. Com a intenção de que todos participassem do Concílio, o pontífice transfere-o para Ferrara, mas houve um impedimento devido à peste. À vista disso, posteriormente foi transferido para Florença (GONZÁLEZ, 2011, p. 485).

Muitos divergiram da decisão e ficaram em Basileia. Um novo cisma se formava, agora com um papa e dois concílios. O lado de Basileia foi se dissolvendo e finalmente tomaram a decisão em 1439 de depor Eugênio e instituíram Félix V. Consequentemente, o cisma papal havia renascido. Apesar disso, em 1447, Eugênio IV é restaurado ao papado, morrendo logo em seguida. Nicolau V o sucede e põe fim ao Concílio em 1449, que em harmonia com Dawson (2014, p. 71), terminou “numa atmosfera de aparente boa vontade e mútua tolerância”.

Os Concílios não tiveram sucesso na reforma da Igreja, a qual ainda se fazia muito necessária. Latourette (2006, p.864) ressalta que “os concílios se mostraram incapazes de purificar a Igreja ou construir um mecanismo para a sua administração” neste momento.

Diante do exposto, fica claro que os Concílios salvaram a Igreja do Grande Cisma, porém a reforma interna que se fazia tão necessária não aconteceu. As oportunidades de renovação e mudanças foram se extinguindo, e em contrapartida os distúrbios foram se agigantando.

3.1.3 Os Místicos

O misticismo foi um movimento que ressurgiu quando a Igreja estava em completa corrupção e o culto havia se tornado mero formalismo. Cairns (2008, p. 222) menciona que “o místico deseja um contato direto com Deus pela intuição imediata ou pela contemplação”. Desenrolou-se outros motivos para o regresso do movimento, como o escolasticismo que “ressaltava a razão em detrimento da natureza emocional do homem” (CAIRNS, 2008, p. 222). Desta maneira, o misticismo tinha a intenção de combater a propensão ao racionalismo.

Houve dois tipos de misticismos que se distinguiram, sendo um movimento de conteúdo cristocêntrico e outro que se tornou mais evidente neste período, que foi o misticismo que derivava de origem neoplatônica, o qual já havia adentrado o cristianismo com Agostinho e outros (GONZÁLEZ, 2011, p. 509).

Algumas figuras de importância fizeram parte desses místicos como Eckhart de Hochheim que foi um dominicano, fundador do misticismo germânico, acusado de heresia por defender o panteísmo. João de Ruysbroeck e Geraldo Groote que fizeram com que a devoção chamada “moderna” se popularizasse, tendo como escrito mais famoso a “Imitação de Cristo”, que segundo González (2011, p. 510) “até hoje continua sendo uma das obras de devoção mais lidas tanto por católicos como por protestantes”. Com Groote surgiu os “Irmãos da Vida Comum”, cujo aluno mais importante Desidério Erasmo – mais conhecido como Erasmo de Roterdã – foi, o mais famoso humanista.

O misticismo evidenciava que cada cristão poderia ter uma vida espiritual sem a necessidade da Igreja ou de sacerdotes, bem como, de sacramentos, - pois, através da contemplação perfeita poderia seguir a vontade de Deus, até mesmo sem precisar das Escrituras. E, dessa forma, essas doutrinas, alega González (2011, p. 511), poderiam “despedaçar a autoridade da hierarquia eclesiástica, e, em alguns casos, até mesmo a das Escrituras”. Porém, o movimento tinha a intenção de ter contato com Deus e não de atacar a Igreja, ou mesmo exterminá-la. Com a corrupção da Igreja, o místico queria ter devoção a Deus, imitando a Cristo (GONZÁLEZ, 2011, p. 511).

Consoante ao autor ora citado, nota-se que o movimento dos místicos teve a intenção de levar o fiel a se aproximar de Deus. Contudo, é salutar mencionar que não há possibilidade de um verdadeiro conhecimento de Deus, sem as Escrituras.

3.1.4 Os Precusores da Reforma

A Igreja estava se esvaindo em corrupção e ilegalidade, a necessidade de uma reforma fazia-se notória a cada ato ilícito, a cada “acordo” entre Igreja e Estado. Quando Lutero propôs

as noventa e cinco teses, não tinha a intenção de dividir a igreja, mas o fato é que o cenário clerical estava entrando em colapso.

John Wycliffe, John Huss e Jerônimo Savonarola, foram os cristãos que, antes mesmo de Lutero, deram os primeiros passos para uma Reforma Eclesiástica. Então, a partir deste momento, discutiremos sobre alguns dos três principais nomes que, ao se depararem com a situação de corrupção da Igreja, propuseram-se a reestabelecer a moral eclesial perante a sociedade.

3.1.4.1 John Wycliffe (1328-1384)

Wycliffe deixou muito pouco escrito sobre sua juventude. Pode-se dizer que teve uma infância típica numa pequena aldeia na Inglaterra e uma juventude dedicada exclusivamente aos estudos. Sua vida transcorreu a maior parte na Universidade de Oxford. Era homem famoso por sua lógica e erudição, de mente privilegiada e carente de humor. O arcebispo de Cantuária disse que Wycliffe era “um grande erudito, e muitos o consideravam um perfeito excêntrico” (GONZÁLEZ, 2011, p. 487).

No ano de 1371, Wycliffe sai da universidade. Neste período havia tensões entre o trono inglês e o pontificado romano. Dentro deste contexto, “Wycliffe saiu em defesa da coroa, atacando a teoria que dizia que o poder temporal se deriva do espiritual” (GONZÁLES, 2011, p. 487).

Também desenvolveu sua teoria sobre o “senhorio”, elaborando as seguintes questões: Em que consiste o senhorio legítimo? Quais são suas origens? Como é reconhecido? “Em resposta a essas perguntas, Wycliffe declara que não há outro senhorio além do de Deus” (GONZÁLEZ, 2011, p. 489).

A medida que desenvolvia sua tese do senhorio atacava não só o papa e os poderosos da Igreja, mas também o Estado. Com isso, os nobres que antes o apoiavam, aos poucos, se distanciaram. Além disso, assim como os teólogos modernos, Wycliffe baseava a sua teologia no pensamento que concilia a fé e a razão. “Na sua opinião, tanto a razão como a revelação nos dão a conhecer a verdade de Deus, sem que haja tensão entre as duas” (GONZÁLEZ, 2011, p. 489).

Sendo pressionado e abandonado pelos seus nobres apoiadores, Wycliffe se viu obrigado a regressar a Oxford, onde tinha muitos seguidores e admiradores. Contudo, mesmo ali, o cerco também se fechava devido aos seus ensinamentos sobre a eucaristia que se opunham aos da Igreja. Tanto que, “em 1380 o reitor da universidade convocou uma assembleia para discutir os ensinamentos de Wycliffe sobre a ceia, e essa assembleia o condenou” (GONZÁLEZ, 2011, p.

488). Esse foi o ponto que seus inimigos encontraram para declará-lo herege. A não aceitação da transubstanciação por Wycliffe foi mais tarde, semelhante a opinião de Martinho Lutero.

Os discípulos de Wycliffe, estudiosos e eruditos que estudaram com ele, iniciaram o movimento dos “lollardos” – termo pejorativo dado pelos seus inimigos, que significa “murmuradores”. Vários de seus discípulos se dedicaram a divulgar as doutrinas de Wycliffe, quando ele ainda vivia. “Parte da obra desses primeiros lollardos constituiu em traduzir as Escrituras para o inglês, como Wycliffe recomendara, e em percorrer o país, pregando” (GONZÁLEZ, 2011, p. 491).

As doutrinas eram revolucionárias, tinham a intenção de colocar a Bíblia à disposição do povo, sendo esta na língua vernácula. Ainda afirmavam que a principal função dos ministros de Deus era de pregar, condenavam o culto às imagens, as orações em favor dos mortos e a doutrina da transubstanciação.

No entanto, em 1382, o lollardismo foi condenado pelo arcebispo Guilherme Courtenay. A perseguição não tardou, e então o lollardismo desapareceu quase que completamente nas classes nobres. Apesar disso, continuou se espalhando pelas classes mais pobres. Mesmo em constante perseguição, os lollardos nunca foram completamente extintos. Mais tarde, um grupo remanescente se misturou aos primeiros protestantes.

Constata-se que paulatinamente os ensinamentos de Wycliffe se distanciavam da Igreja. Ele “ênfaticamente cada vez mais a autoridade das Escrituras em detrimento da do papa e da tradição eclesiástica” (GONZÁLEZ, 2011, p. 490). E como consequência das rivalidades foi ficando sozinho, e completamente abandonado pelos poderosos. No ano de 1384, em consequência da segunda embolia pulmonar veio a falecer. Como estava em comunhão com a Igreja foi enterrado em terra consagrada. Anos depois o Concílio de Constança o condenou e seus restos mortais foram exumados e queimados. A respeito de Wycliffe e seus seguidores, González (2011) afirma que os sonhos mesmo sendo temporariamente frustrados, “a longo prazo eles se concretizaram na grande Reforma que comoveu a Inglaterra e toda Europa no século XVI”.

3.1.4.2 John Huss (1373-1415)

Na Boêmia, assim como no restante da Europa uma Reforma Eclesiástica era necessária, pois a corrupção moral dos prelados era notável. Uma parte do território estava sob o poder da Igreja, enquanto que uma sexta parte estava sob o poder do Estado. Por esse motivo, não é de se estranhar que o Estado tenha apoiado uma Reforma Eclesiástica com a intenção de limitar o poder clerical, a fim de corrigir os abusos cometidos. Na época de Carlos IV, iniciou-se um

movimento com Conrado de Waldhausen, fazendo-se possível traçar uma linha entre ele e o mais famoso reformador boêmio, John Huss.

Huss nasceu de uma família camponesa no ano de 1370. Vivia na aldeia de Husinec. Com dezessete anos, entrou para a Universidade de Praga. Em 1402, foi nomeado reitor e pregador da capela de Belém, onde se dedicou a pregar sobre a reforma. “Sua eloquência e fervor eram tamanhos que aquela capela, em pouco tempo, se transformou no centro do movimento reformador” (GONZÁLEZ, 2011, p. 494). Por ser extremamente gentil, Huss tinha o apoio de uma grande parte do povo, da nobreza e dos reis.

Como anteriormente citado, nesse momento John Wycliffe se voltava contra as práticas abusivas e corruptas da Igreja, e exatamente por esse motivo seus escritos foram proibidos de serem utilizados. No entanto, Huss não deixou de utilizar os escritos de Wycliffe – apesar de não consentir com todas as doutrinas dele. Desta forma, foi discordante à ordem do papa, visto que a Universidade de Praga protestou contra a proibição dos escritos de Wycliffe. Huss precisava escolher entre desobedecer ao papa e deixar de pregar. À vista disso, ouvindo sua consciência, “ele subiu ao púlpito e continuou pregando a reforma” (GONZÁLEZ, 2011, p. 495).

Por volta de 1410 foi convocado a Roma, mas se negou a ir. Então, em 1411, o cardeal Colonna o excomungou. Apesar disso, Huss continuou pregando em Belém, já que tinha o apoio dos reis e de uma boa parte da nação. “Assim, Huss chegou a um dos pontos mais revolucionários da sua doutrina”, “e acabara por seguir Wycliffe até esse ponto, declarando que a autoridade final é a Bíblia, e que um papa que não se conforme a ela não deve ser obedecido” (GONZÁLEZ, 2011, p. 495).

Outra turbulência ainda se levantaria, quando o papa João XXIII promoveu a venda de indulgências para custear uma guerra contra Ladislau de Nápoles. “Huss, que vinte anos antes comprara uma indulgência, mas que agora mudara de opinião, protestou contra esse novo abuso” (GONZÁLEZ, 2011, p. 496).

Entretantes, João XXIII e Ladislau se reconciliaram e a cruzada foi revogada. No entanto, em Roma, Huss ficou conhecido como líder de uma grande heresia e todo o povo da Boêmia foi considerado como herege. Em 1412, Huss foi novamente excomungado, por não se apresentar a corte papal. Para não trazer prejuízos à cidade, Huss decidiu se retirar para o sul da Boêmia. Ali recebeu a nova convocação pelo papa, porém desta vez para o Concílio de Constança, onde poderia se apresentar para se defender pessoalmente.

Antes de partir, Huss deixou um documento que deveria ser lido no caso de sua morte. Ele sabia que não poderia contar com a simpatia de João XXIII. Igualmente sabia que este

Concílio seria importante para decidir várias questões cruciais da Igreja. Nele seria decidido qual seria o papa legítimo, além de medidas que seriam tomadas contra a simonia, o pluralismo, entre outros problemas. John Huss partiu sabendo que os perigos em Constança eram grandes.

Quando o papa o recebeu, pediu para que fosse ao seu consistório, ao que Huss se negou. Assim sendo, foi novamente declarado herege. Huss afirmou que preferia morrer a ser um herege, no entanto, a partir deste momento foi tratado como um prisioneiro. O imperador se levantou em defesa de Huss, prometendo respeitar seu salvo-conduto, contudo, logo voltou atrás por medo de parecer estar protegendo um herege.

Foi apresentado perante a assembleia no dia cinco de julho de 1415, acorrentado como se já estivesse sido julgado. Acusado formalmente de herege e de seguir as doutrinas de Wycliffe, Huss tentou se defender. Não pôde ser ouvido devido à tamanha gritaria no local, dessa maneira, a sessão foi adiada para o dia sete daquele mês. O julgamento durou mais três dias, sendo sempre acusado de herege, por Pedro Ailly, que tomou a liderança do julgamento. “Huss insistia que nunca crera nas doutrinas de que exigiam que ele se retratasse, e por isso, não podia fazer o que Ailly requeria dele” (GONZÁLEZ, 2011, p. 497).

A respeito do julgamento de Huss, González (2011) declara que “não havia maneira de resolver este conflito”. Quando Huss afirmou que nem o papa e nem o imperador poderiam obrigá-lo ir à Constança, o acusaram de ser obstinado e orgulhoso. O Concílio pedia somente que Huss se submetesse, ou seja, uma simples retratação seria o suficiente. Entretanto, o reformador sabia que sua desistência colocaria em risco a vida de todos seus seguidores, visto que, se ele se declarasse herege todos os que o seguiam igualmente poderiam ser condenados. A resposta de Huss foi firme: “Apelo a Jesus Cristo, o único juiz todo-poderoso e totalmente justo. Em suas mãos, eu deponho a minha causa, pois ele há de julgar cada um não com base em testemunhos falsos e concílios errados, mas na verdade e na justiça” (GONZÁLEZ, 2011, p. 497).

No dia seis de julho, John Huss foi levado para a catedral de Constança. Requisitaram novamente que ele se retratasse, e negando foi enviado para a fogueira. “Morreu cantando os salmos” (GONZÁLEZ, 2011, p. 498).

Suas cinzas foram recolhidas pelos seus discípulos e levadas para Boêmia. Os boêmios se indignaram e protestaram firmemente. O Concílio respondeu proibindo que fossem nomeados sacerdotes que seguissem as doutrinas de Huss e fechou a Universidade de Praga até o término dos protestos.

Os hussitas, como foram assim denominados os discípulos de Huss, foram fortemente e repetida vezes perseguidos, chegaram a enfrentar várias cruzadas. Quando finalmente, no

Concílio de Basileia, a igreja se convenceu de que tinha cometido um grave erro ao condenar John Huss, convidaram os hussitas para um novo Concílio. Os boêmios, que já contavam com certa experiência, exigiram de Roma medidas impossíveis de serem atendidas. Pressionados, os católicos promovem mais uma cruzada, na qual foram derrotados. Levando assim a um acordo com os hussitas, que retomaram à comunhão romana. Todavia, nem todos os boêmios estavam de acordo com tal situação, o que levou a abandonarem a Igreja. Mais tarde fundaram a “Unidade dos Irmãos”, essa organização chegou a ser numerosíssima, e durante a Reforma no século XVI, estabeleceram estreita relação com o protestantismo.

3.1.4.3 Jerônimo Savonarola (1452-149)

Jerônimo Savonarola nasceu em Ferrara, foi criado e educado pelo seu avô, homem digno, médico muito reconhecido por sua retidão moral. Ainda jovem Savonarola se uniu a Ordem dos Pregadores de São Domingos. Deveras admirado por sua erudição bíblica, o jovem rapidamente adquiriu responsabilidades importantes, até se tornar mestre de estudos no convento de Bolonha.

Passado algum tempo, Savonarola volta a Florença atendendo a um convite do senhor Lourenço de Médici, pois admirava o pregador. Em suas pregações, a princípio, Savonarola limitou-se somente a expor as Escrituras para os frades do convento. Mas sua fama logo se espalhou e grande número de pessoas começava a participar de suas conferências. O frade eloquente passou a expor o livro de Apocalipse. Suas conferências, quase sempre se transformavam em sermões, e assim, o pregador inicia seus ataques aos problemas da Igreja, profetizando contra os abusos desta.

Em 1491 foi pregar em Santa Maria das Flores, onde vituperou veementemente contra a corrupção dentro da Igreja. Lourenço de Médici tentou calar Savonarola, porém ninguém o podia fazer. Lourenço então vai a Roma para tramar contra o frade dominicano.

Pouco tempo depois Savonarola, foi eleito frade superior de São Marcos e mandou vender todas as propriedades do convento, doando o dinheiro aos pobres. A vida dos frades mudou, passando a serem considerados exemplos de santidade. Tanto que os priores dos conventos nas proximidades pediam a Jerônimo para que realizasse reformas semelhantes em suas casas.

Lourenço de Médici, em seu leito de morte, pediu absolvição de seus pecados e foi atendido pelo frade que antes perseguira. Seu sucessor foi Pedro de Médici, o qual conseguiu ser um tirano ainda pior que Lourenço.

A cidade de Florença estava sob ameaça do rei da França, Carlos VIII. Foi então que os florentinos enviaram ao rei uma embaixada encabeçada por Savonarola, a fim de promover um acordo. Enquanto isso, Pedro de Médici era expulso da cidade junto com sua descendência.

Carlos VIII chega à Florença com intenção de saqueá-la, mas outra vez Savonarola - a pedido do povo - faz um acordo com o rei, e este, por sua vez, deixa a cidade juntamente com suas tropas. A partir de então, o frade “se viu colocado, quase sem querer, na posição de determinar o rumo a ser seguido” (GONZÁLEZ, 2011, p. 529). Savonarola usa o púlpito para promover as reformas que lhe pareciam necessárias. Reabriu o comércio, e declarou que se fosse necessário, poderia derreter e vender o ouro da igreja para alimentar os mais pobres. Contudo essas atitudes benéficas para com os menos favorecidos acarretou má vontade da aristocracia, entretanto, Savonarola contava com o apoio da quase totalidade do povo.

Enquanto isso, o movimento reformador crescia em Florença. O sonho de Savonarola era que São Marcos se tornasse um centro missionário. Inimigo do luxo e da ostentação, o frade promove um movimento de desprendimento na população. Eram feitas fogueiras onde trajes, perucas e joias eram todos queimados.

O papa, vendo que o frade dominicano se tornava um obstáculo, enviou bulas de excomunhão contra ele. Mas como tinha o apoio do governo de Florença, o frade não aceitou. Quando o papa o proibiu de pregar e ordenou que aguardasse em silêncio ele obedeceu. Passou então, neste período, a escrever contra a corrupção da igreja, e “pela primeira vez, a imprensa foi usada como instrumento de propaganda religiosa” (GONZÁLEZ, 2011, p. 531).

Tomando medidas extremas, o papa ameaçou toda a cidade de interdito, de prisão os mercadores, e que todos os bens dos florentinos seriam confiscados. Com isso, Savonarola perde o apoio dos aristocratas e burgueses, restando somente os frades, poucos amigos e o povo mais humilde.

Foi nessa situação que o frade reformador se entregou. Vendo-o amarrado muitos zombavam e cuspiam nele. Por vários dias, foi torturado, mas ainda era necessário encontrar algo de que acusá-lo. Fizeram três julgamentos, dois pelas autoridades florentinas e um pelos legados do papa. Sem misericórdia, Savonarola foi então condenado como herege e cismático nos três julgamentos. Condenado a ser enforcado e queimado, tanto Savonarola quanto mais dois colaboradores. Morreram com serenidade e suas cinzas foram lançadas no rio Arno.

A respeito da morte de Jerônimo Savonarola, Gonzáles (2011) declara:

No século XX, houve católicos que, repetidamente, também falaram em declarar santo aquele frade dominicano que morreu mártir das ambições de um papa. Talvez a igreja nunca chegue a dar esse passo. Mas todos os historiadores concordam que, naquele combate desigual, a justiça estava do lado do frade. (p.533)

Conforme colocado por Justo Gonzáles, constata-se que Wicliffe e Huss tinham como principal paradigma a Palavra de Deus e foram acusados de hereges por causa de suas posições. Savonarola, porém, tinha como maior inquietação reformar a Igreja de Florença. Em conjunto, nota-se que estes três homens e seus seguidores desejavam ardentemente uma reforma na Igreja e as obras apresentadas por eles falam por si só.

Tanto o trabalho dos místicos, quanto dos reformadores e até mesmo dos concílios reformadores tiveram um papel importante para que fosse possível a reforma na Igreja Católica Romana. A tentativa era de evidenciar a Bíblia como a verdadeira fonte de autoridade, além de fazer da religião algo mais pessoal e uma organização igualitária. No entanto, os esforços foram sobrepujados por uma corrupção extremamente arraigada e pela cegueira que o poder causa.

Agora mesmo é necessário avaliar o cenário externo, com a finalidade de fazer uma junção mais evidente e transparente do panorama geral que levou à erupção da Reforma Protestante.

3.2. Pressões Externas para Reforma Protestante

Todas as tentativas internas de instaurar a reforma da Igreja foram minadas. Ainda assim, acontecimentos externos se formavam em resistência ao papado e à liderança eclesiástica. Essas forças externas são o Renascimento, as Nações-Estado e a formação da classe média que dão extenso sustento ou suporte para a culminação da Reforma Protestante.

3.2.1 A Renascença e a Idade das Trevas

A era medieval foi suplantada pelo modernismo por meio da Renascença. Entre 1350 e 1650 aconteceu um “renascimento da cultura” (CARINS, 2008, p. 232). O conceito apresentado por Cairns (2008, p. 232) sobre a Renascença é que “pode ser definida como aquele período de reorientação cultural em que os homens trocaram a compreensão corporativa, religiosa e medieval da vida por uma visão individualista, secular e moderna”.

A Idade Média foi caracterizada pelo período dos séculos V ao XV. Período esse em que Deus era o centro de todas as coisas. Possuidora de grande autoridade, a Igreja Católica Romana, devia cuidar da educação espiritual de todos os homens, já que estes não tinham acesso

à Palavra de Deus. A Igreja detinha o controle sobre a política, economia, ciências e artes, bem como, exércitos e leis.

No entanto, o pensamento medieval foi substituído. Sendo assim, Deus deixa de ser o centro e a medida de todas as coisas e dá lugar a uma nova interpretação, na qual o homem é evidenciado e glorificado.

3.2.1.1 O Renascentismo Italiano

Renascença Italiana é como ficou conhecido o período inaugural do Renascimento, tendo a Itália como berço devido ao fato dos italianos preservarem o derradeiro da sua grandeza passada valorizando e destacando os valores culturais desta vida. Na Itália, existiam homens de posses o que custeou e incentivou a criatividade dos artistas italianos. Paulatinamente, esse movimento se espalhou por outras regiões do continente europeu. Nos séculos XIV, XV e XVI ocorreram grandes mudanças e conquistas culturais na Europa, marcando a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna.

Uma das razões preponderantes de todo esse reavivamento foi que esse movimento pôs a mente da Europa em contato com a cultura e civilização da Grécia e de Roma, fundamentos que a Idade Média ignorou. Consolidando uma ideia de “ressurreição” das ciências e das artes, baseando-se no resgate da antiguidade clássica (GONZALEZ, 1995, p. 135-136).

Os homens da renascença apreciavam a beleza e perfeição na natureza e no homem, eles cultuavam a beleza. Deus não era mais o centro de tudo e sim o homem. Os dogmas da igreja eram adotados e os cultos eram praticados, mas havia uma divisória entre a vida religiosa do homem e seu cotidiano (GONZALEZ, 1995, p. 144-146).

A Renascença foi um reavivamento da natureza humana que se deu de forma extremamente pujante dando origem a uma nova palavra para nominá-la: Renascimento. Nesse momento da história todos os feitos humanos apresentaram um excepcional progresso. A mente humana auferiu novas e formidáveis conquistas em todos os sentidos (NICHOLS, 2000, p. 149).

Grandes descobertas aconteceram no Oriente e no Ocidente. Destaca-se os novos descobrimentos geográficos de Colombo e de Cabral, que determinaram a forma e o tamanho exatos da terra. A descoberta do Sistema Solar por Copérnico que insurrecionou as ideias humanas em relação ao universo. A invenção da imprensa em 1450 disseminou as ideias e os conhecimentos com uma rapidez tamanha nunca vista antes. Divulgando livros que despertaram e fortaleceram a mente humana que se aprofundou nas pesquisas em busca da verdade. Isso se deu principalmente como resultado de buscas pelo novo conhecimento do grego, o que possibilitou o conhecimento do pensamento clássico, da literatura e da arte. Desse modo se deu

a chamada renovação ou Renascimento da Cultura, que impulsionou o advento da Reforma Protestante (NICHOLS, 2000, p. 149-150).

A propagação da língua grega possibilitou aos homens a leitura do Novo Testamento no original. Os estudiosos dessa renovação, os humanistas, como eram conhecidos, se aprofundaram no estudo e quando compararam essas descobertas com o que já conheciam na Igreja, muitos deles tornaram-se aguerridos Reformadores. Isso ocorreu particularmente na Alemanha, na França e Inglaterra. Os principais representantes desse Reavivamento da Cultura e da religião foram João Colet, de Oxford e o grande conhecedor do Novo Testamento, Erasmo. Esses homens derrotaram os malfeitos da Igreja papal, expondo o Cristianismo segundo o que está revelado no Novo Testamento avigorando o espírito da reforma na Igreja. Eles promoveram um grande interesse pelo estudo da Bíblia, formando homens leitores e perscrutadores das Escrituras para uma conformação de religião mais genuína (NICHOLS, 2000, p. 150-151). Por fim, podemos afirmar que o Renascimento, por meio de sua influência na ascensão da mente humana, credenciou-se arremessar fora as ideias antigas e penetrar nos novos caminhos das ideias religiosas. Sem o Renascimento a Reforma Protestante não teria ocorrido.

3.2.1.2 As Nações-Estado e a Classe Média

No século XI, os cenários políticos e econômicos começaram a vivenciar mudanças. O sistema feudal estava em decadência por provocar a descentralização política, considerando que cada feudo possuía autonomia política concernente à variação de moedas, tributos, pesos e medidas. Essa estrutura engessada funcionava como uma barreira para o desenvolvimento comercial que era a principal atividade da burguesia. A burguesia tinha grande interesse em centralizar o poder, abolindo o sistema feudal, a fim de se fortalecerem politicamente com o objetivo de ficar à cima da autoridade da nobreza. Concomitantemente, os reis desejavam se fortalecer politicamente com a finalidade de submeter a nobreza e a igreja ao seu poder, unindo assim os interesses da burguesia e dos reis. Outros fatores impulsionaram essas mudanças, tais como: as epidemias, as revoltas populares e o enriquecimento dos comerciantes. Iniciou-se então, a formação das monarquias nacionais que abriram caminho para a instituição de cobrança de impostos, e a criação de moeda e exército nacionais. Essa emancipação monárquica se estabeleceu em grande parte da Europa (CAIRNS, 2008, p.217).

O surgimento da nação-estado se deu como uma forma de oposição a Igreja Católica Romana. Os monarcas e a classe média demonstraram insatisfação com o envio de dinheiro, por meio de impostos, para o tesouro papal. A medida que as cidades cresciam e o comércio se desenvolvia, a classe média, que era patrocinadora dos monarcas, passou a defender uma nova

mentalidade, associada à ideia de lucro e usura que era combatida pela Igreja Católica, a qual condenava veementemente tais práticas e inibia a atividade comercial burguesa. Os burgueses, por serem cristãos, procuraram adequar suas práticas econômicas e o seu novo ideal econômico com a fé, contrariando os dogmas da Igreja Católica Romana (CAIRNS, 2008, p.219).

A formação das nações-estado ocasionou uma descentralização do poder político, o que acarretou a ascensão de uma nova classe social, a burguesia, e graças a essa classe social os novos monarcas conseguiram manter sua oposição ao controle papal regional. Essas mudanças políticas e econômicas contribuíram para que a reforma protestante acontecesse.

4 A REFORMA PROTESTANTE (1517)

A designação “Reforma” pode ser entendimento de formas diferentes, conforme a visão do historiador. Três visões podem ser verificadas, sendo o historiador católico romano que a vê como uma “revolta de protestantes contra a Igreja Universal” (CARINS, 2008, p. 250); o historiador protestante que entende a reforma como uma restauração “da vida religiosa aos padrões do Novo Testamento” (CARINS, 2008, p. 250); e por fim o historiador secular que apenas a distingue como um “movimento revolucionário” (CARINS, 2008, p. 250).

Apesar do caráter revolucionário da Reforma Protestante, nunca foi do interesse de quaisquer dos envolvidos que houvesse um cisma com a Igreja Católica. A intensão dos reformadores e dos demais que se uniram ao movimento era refundir crenças e doutrinas da Igreja medieval. Devido ao fato de terem ideais contrárias ao poder supremo eclesiástico, foram obrigados a deixar a Instituição e até mesmo se viram excomungados da única Igreja que existia.

O movimento religioso se deu entre 1517 a 1545. A expressão “Reforma Protestante” deve perdurar, já que teve a intenção de empreender uma regeneração à teologia da Igreja Apostólica. Isto, em completa aquiescência com a Bíblia, organizando toda a vida eclesiástica de forma a se justapor aos ensinamentos explicitados por Jesus Cristo, todos os demais profetas e autores da Escritura.

Mediante tais afirmativas ainda é necessário que haja a percepção de um comentário muito válido do Cairns (2008)

Historiadores protestantes como Schaff, Grimm e Bainton interpretam a Reforma amplamente como um movimento religioso que procurou redescobrir a pureza do cristianismo primitivo como descrito no Novo Testamento. Essa interpretação tende a ignorar os fatores econômicos, políticos e intelectuais que ajudaram a promover a Reforma. (p.251)

Consoante ao autor ora mencionado, a causa da Reforma é muito mais que apenas religiosa. É essencial que muitos outros contextos sejam explorados com a finalidade de contemplar um panorama mais amplo e que envolva todo o período precedente, bem como, as circunstâncias e acontecimentos que se convergem para o apogeu.

4.1 A Preparação do Mundo para a Reforma Protestante

Muitos acontecimentos e situações que já mencionamos anteriormente estavam causando um afunilamento, irrompendo em um momento culminante, o qual a ruptura e ruína dos fundamentos da “velha sociedade medieval” (CARINS, 2008, p. 247) foram inevitáveis.

Todo o alicerce que compunha a Idade Média achava-se em afronta. Grandes mudanças geográficas se revelaram pelas explorações de novos continentes, expandindo o mundo de então. E essencialmente as modificações de grande relevância se relaciona aos padrões políticos, econômicos, intelectuais e religiosos. As transições atingiram seus alicerces causando efeitos sociais expansivos. (CARINS, 2008, p. 247-248).

Todos esses fatores em conjunto fizeram com que a Reforma Protestante fosse um acontecimento inevitável, que tinha a intenção de aprimorar a sociedade e principalmente a Igreja (de então.)

4.1.1 Razões Para Reforma

As pressões internas e externas fomentaram uma tensão que protesta e ao mesmo tempo clama “em aceitar as mudanças sugeridas pelos reformadores Wycliffe e Huss, os líderes dos concílios reformadores e humanistas” (CARINS, 2008, p. 247).

Além disso, destacam-se as mudanças de mentalidade que ocorreram principalmente na Europa. Mudanças estas que se deram na ética protestante; na obstinação da Igreja Católica Romana medieval em se manter da maneira contrária ao que havia sido proposto; o surgimento das Nações-Estado, que se opuseram à Igreja Universal e a formação de uma nova “classe social”, tornaram a Reforma algo inevitável.

4.1.1.1 Políticas

O novo panorama no campo político se deu pela transição de “um estado universal” para um “novo conceito de nação-estado” (CARINS, 2008, p. 248). Os estados se organizavam em bases nacionais, centralizando o poder, fortalecendo os governos e dispunham de força militar e civil. Opunham-se contra um “governo religioso universal” (CARINS, 2008, p. 248). A Europa se viu configurada de nações-estados e apoiando “a Reforma, a fim de poderem controlar de forma mais eficiente as igrejas nacionais” (CARINS, 2008, p. 248).

4.1.1.2 Econômicas

A economia durante a Idade Média se baseou apenas na agricultura, porém, com a nova maneira de fazer comércio, o lucro passou a ser evidenciado e fazer parte da economia. Com

“o ressurgimento das cidades, a abertura de novos mercados e a descoberta de fonte de matéria-prima nas recentes terras descobertas inauguram uma era de comércio” (CAIRNS, 2008, p. 248), sendo que essa nova classe que emergia não pretendia enviar seus lucros para fora de suas fronteiras. Este cenário contribuiu para a Reforma.

4.1.1.3 Sociais

Na sociedade medieval, cada indivíduo que pertencesse a denominada condição social, não teria quase nenhuma perspectiva de “mudar de condição, exceto se fosse servir na Igreja” (CAIRNS, 2008, p. 249). Mas perto dos anos 1500, com a nova mudança econômica, os negócios podiam elevar as pessoas para novo nível social. Cairns (2008, p. 249) relata que “a servidão estava desaparecendo, e uma nova classe média, inexistente na sociedade medieval, formada especialmente por proprietários livres, pela pequena nobreza do campo e pela classe mercantil começou a surgir”. E foi essa nova classe que deu suporte às “mudanças introduzidas pela Reforma” (CAIRNS, 2008, p. 249).

4.1.1.4 Intelectuais

A Renascença conduziu a mudanças intelectuais e estas viabilizaram “o desenvolvimento do protestantismo” (CAIRNS, 2008, p. 249). Estudos das línguas originais da Bíblia se evidenciaram a partir de então, apontando um enorme contraste da Igreja fundada pelos apóstolos e pela Igreja Católica Romana do século XVI. Sendo que a última estava em descrédito, pois os humanistas e reformadores cristãos entenderam que “a salvação era uma questão pessoal, a ser resolvida pelas pessoas em íntima relação com Deus, sem a interferência de um sacerdote como mediador” (CAIRNS, 2008, p. 249).

Todo o pensamento intelectual foi usado de forma abrangente para desaprovar “à hierarquia e sacramentos”, da Igreja Católica Romana “mediante comparação com as Escrituras” (CAIRNS, 2008, p. 249).

4.1.1.5 Religiosas

Com todas as mudanças que aconteceram, uma das mais significativas foi a religiosa. Antes existia apenas uma Igreja, agora começa um novo cisma, devido ao rompimento que a Reforma causou pela divergência de pensamento. Baseado apenas na autoridade da Bíblia, o crente seria “seu próprio sacerdote e mentor de sua própria vida religiosa em comunhão com Deus, depois de aceitar seu Filho como seu Salvador, pela fé somente” (CAIRNS, 2008, p. 250).

4.2 A Reforma Protestante de Lutero

Múltiplos fatores somados fizeram com que o homem e a ocasião para a origem de um movimento que ficou depois conhecido como Reforma Protestante acontecesse na Alemanha, por meio da pessoa de Martinho Lutero.

Lutero teve um papel de catalisador do movimento, pois “diversas tentativas de reforma haviam acontecido” (NICHOLS, 2017, p. 19), porém sem sucesso. Essas investidas anteriores, como com os pré-reformadores “firmaram um importante alicerce sobre o qual Lutero construiu” (NICHOLS, 2017, p. 19).

O monge distinguiu uma grande necessidade de mudança no fundamento teológico da Igreja ao debater com Erasmo de Roterdã e em meados de 1510 quando começou a palestrar a respeito de Salmos, de Romanos, Gálatas e Hebreus (NICHOLS, 2017, p. 20). Um grande obstáculo para Martinho eram os problemas que as indulgências causavam, pois ao compreender a doutrina da justificação pela fé, ele atuou como arquiteto da Reforma.

4.2.1 Vida e Obra de Martinho Lutero

Lutero nasceu em Eisleben, na Alemanha no ano de 1483, durante sua infância não foi muito feliz, por seus pais serem extremamente severos. Durante sua vida amargou os sofrimentos de sua infância, com momentos de depressão e angústias profundas. No ano de 1505, contrariando a vontade de seu pai que queria que seu filho se formasse em direito, ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt. A principal causa que levou o jovem de 22 anos a tomar essa decisão, foi quando num temporal, em meio a raios e trovoadas, sentiu-se acometido de um terrível temor. Invocando Santa Ana, padroeira dos mineiros, declarou que se tornaria monge.

O tema da salvação e da condenação permeava os pensamentos de Lutero nessa época, e o momento em que ele se viu diante da morte, o fez se interessar pela sua própria salvação. “Logo, seria tolice dedicar-se a ganhar prestígio e riquezas no presente, mediante a advocacia, e descuidar do futuro” (GONZÁLEZ, 2011, p. 30).

Usando as palavras de Lutero sobre seu primeiro ano no monastério, ele dizia que “o Diabo ficou bem quieto”, ou seja “seu tumulto interior se aclamara e durante seu noviciado ele estava relativamente sossegado” (BAINTON, 2017, p. 45). Em suas pregações sentia temor a Deus, e esse temor crescia cada vez mais, por perceber que era pecador e saber da ira e justiça divinas. Devido a uma infância que por diversas vezes havia sido surrado por seus pais, Lutero pensava que se Deus o amava, assim como seus pais possivelmente também o quisesse surrá-lo. Esse temor o confundia, fazendo-o pensar como era impossível amar Deus. Diante desta

situação, o vigário superior e confessor de Lutero, Staupitz lhe informou que “ele deveria estudar para seu doutorado, que ele passaria a pregar e que assumiria a cátedra de Bíblia na universidade” (BAINTON, 2017, p. 66). O vigário tomara essa atitude, a fim de distraí-lo e para que, enfim, o monge deixasse os pensamentos terríveis que tinha a seu próprio respeito. Quando se viu obrigado a preparar palestras sobre as Escrituras, Lutero encontra na Bíblia respostas para suas angústias.

No ano de 1513, iniciou as aulas sobre os Salmos e se interessou pela cristologia, já que seu método de interpretação do livro em “sua época, tratava-se de um livro cristão que prenunciava a vida e a morte do Redentor” (BAINTON, 2017, p. 69). Ao estudar a vida e pessoa de Cristo percebeu um imagem nova, a qual ele ainda não conhecia. Bem como, uma visão nova de Deus “o Todo-Temível [que] é também o Todo-Misericordioso” (BAINTON, 2017, p. 69). Passou a amar o Redentor e constatar que Jesus passou por aflições semelhantes às suas.

No ano 1515 ao estudar a epístola aos Romanos, Lutero faz uma grande descoberta, na qual finalmente o monge encontrou a resposta para todas suas angústias e tormentas psicológicas - “o justo viverá pela fé”. Ele entendeu que somos justificados por Deus, não porque somos merecedores, mas sim pela misericórdia e graça de Deus para conosco. A respeito de sua descoberta, Lutero afirma: “senti que havia nascido de novo e que as portas do paraíso me haviam sido abertas. Todas as Escrituras tiveram novo sentido. A partir de então, a frase ‘a justiça de Deus’ não me encheu mais de ódio, mas se tornou indizivelmente doce em virtude de um grande amor” (GONZÁLEZ, 2011, p. 32).

Diante de suas novas descoberta, o monge não percebeu que sua descoberta se opunha diretamente ao sistema de penitências e “consequentemente, à teologia e às doutrinas comuns de sua época” (GONZÁLEZ, 2011, p. 32). Porém, pouco a pouco Lutero foi convencendo seus colegas da Universidade mesmo sem querer causar controvérsia, lançando ao seu novo desafio.

Compôs as 95 teses, “uma série de curtas proposições apresentadas para um argumento, concernente às indulgências e à venda específica de indulgências pelo monge Tetzel” (NICHOLS, 2017, p. 41). Lutero atacou a venda de indulgências, sem pretensão de dividir ou destruir a igreja. Muito pelo contrário, o monge queria a purificação do clero e a propagação do Evangelho o qual tinha “encontrado”. O ataque às indulgências feria diretamente o interesse dos poderosos e atrapalhava a arrecadação de dinheiro da Igreja. Isso fez com que Lutero adquirisse mais inimigos do que pretendia ou poderia supor. (GONZÁLEZ, 2011, p. 33).

Na véspera do dia de Todos os Santos, dia 31 de outubro de 1517 “quando Frederico, o Sábio, ofereceria suas indulgências, Lutero se manifestou e, dessa vez, por escrito” (BAINTON,

2017, p. 85). Ele afixou na porta da Catedral de Wittenberg suas noventa e cinco teses. Segundo Nichols (2017, p. 41) “Lutero nunca conseguiu ter esse debate”.

O monge não tinha a intenção de espalhar suas teses, porém “outras pessoas sorrateiramente traduziram-nas para o alemão e mandaram para impressão” (BAINTON, 2017, p.88). Cópias foram distribuídas por toda Alemanha. Até mesmo, uma cópia foi enviada a Alberto de Brandemburgo com uma carta de Lutero. Este ao receber as teses e a carta às fez chegar ao papa Leão X. (GONZÁLEZ, 2011, p. 35).

O papa “descartou o documento como nada mais que as divagações de um alemão embriagado, o qual, ele acreditava, pensaria de modo bem diferente quando estivesse sóbrio” (NICHOLS, 2017, p. 41).

Nichols (2017, p. 46) argumenta que “o resultado de haver escrito as 95 teses e de sua conversão foi que Lutero recebeu convocação de Roma para explicar seu comportamento. Mas, por meio da intercessão de Frederico, o Sábio, ele não compareceu. Se tivesse ido, talvez jamais tivesse voltado”.

Depois disso, em 1518 foi convocado para comparecer em um debate com o cardeal Cajetano em Augsburg. O cardeal não conseguiu encontrar nada que pudesse condenar o monge como herege. Outro debate foi com Johann Eck, um teólogo que o alinhou a Wicliffe e Huss para fazer com que Lutero estivesse entre os hereges. Esse debate deixou claro que Martinho estava “fora da conformidade em relação à igreja. Porém, ele ainda não fora declarado herege” (NICHOLS, 2017, p. 47). Ainda assim, Eck obteve uma bula papal declarando oficialmente Lutero como inimigo da igreja.

A bula papal exigia que Lutero se retratasse em sessenta dias e que seus livros seriam queimados. Após o prazo, ele queima a bula publicamente. Ao saber do fato o papa o excomungou e Lutero recebeu uma convocação a comparecer em Worms. Ao chegar, foi levado diante do imperador e de importantes personagens do império, os quais estavam encarregados de interrogá-lo. Seu interlocutor pediu sua retratação, contudo, Lutero declarou: “Não posso nem quero me retratar de coisa alguma, pois ir contra a consciência não é justo nem seguro. Deus me ajude. Amém” (BAINTON, 2017, p.191).

Sem a retratação, o monge selava sua condenação como herege, no entanto, Frederico, o Sábio mandou sequestrar Lutero e levá-lo para o castelo de Wartburgo para ficar a salvo. Boatos correram anunciando a morte do frade, que se dedicou durante uma ano a escrever. González (2011) diz que:

De todas as suas obras nesse período, nenhuma é tão importante quanto a tradução da Bíblia. O Novo Testamento, começado em Wartburgo, foi terminado dois anos mais tarde, e o Antigo Testamento demorou mais de dez (10) anos. Pela importância da obra, bem valia o tempo empregado nela, pois a Bíblia de Lutero, além de dar um novo ímpeto ao Movimento Reformador, deu forma ao idioma e, portanto, à nacionalidade alemã. (p.46)

A obra de Reforma teve início, mesmo na ausência de Lutero, “muitos monges e freiras deixaram seus conventos e se casaram. O culto foi simplificado e começou-se a usar o alemão ao invés do latim. Aboliram as missas pelos mortos. Cancelaram os dias de jejum e abstinência” (GONZÁLEZ, 2011, p. 46).

4.3 Os Resultados da Reforma Protestante

Os resultados da Reforma Protestante podem ser infinitos, sendo que não há a intenção neste presente trabalho de desvelar o assunto de forma exaustiva. No entanto, faz-se necessário citar alguns dados consideráveis e marcantes para a História.

4.3.1 Mudanças na Teologia

Martinho Lutero não apenas depreendeu a missão de dar o pontapé nos eventos da Reforma, bem como ele teve grande importância para a teologia. Nichols (2017) reitera que:

Ele também desempenhou importante papel na formação das ideias reformadas. Talvez mais que qualquer outra pessoa, Lutero moldou os pressupostos que definem o Protestantismo. Os teólogos utilizam uma série de expressões latinas que encerram esses conceitos. Conhecidos como os “*Solas da Reforma*”, essas expressões incluem *sola Scriptura*, só a Escritura; *sola fide*, somente a fé; *sola gratia*, somente pela graça; *solus Christus*, somente Cristo; e *solus Deo gloria*, somente pela glória de Deus. Todas essas ideias encontram raiz no pensamento de Martinho Lutero. O fato de elas continuarem a definir o Cristianismo é um testemunho duradouro da influência de Lutero. (p.20-21).

Apesar de novas doutrinas e mudanças na teologia, não houve um rompimento completo com o legado da Igreja do passado, pois credos ecumênicos e o Credo dos Apóstolos foram mantidos, bem como, as doutrinas da Trindade, “a divindade e a ressurreição de Cristo, a Bíblia como revelação de Deus, a queda do homem, o pecado original e a necessidade de uma vida moral para o cristão” (CAIRNS, 2008, p. 325).

4.3.2 Surgimento de novas igrejas cristãs

A Reforma marcou o fim do controle exclusivo da Igreja Católica Romana sendo pois substituída por “um série de igrejas oficiais protestantes nacionais nas regiões onde o protestantismo venceu” (CAIRNS, 2008, p. 323). Muitas igrejas surgiram após esse período, citaremos apenas algumas, já que seria impossível nesse curto espaço abranger a totalidade.

A Igreja Anglicana tem início com o soberano da Inglaterra, Henrique VIII que era casado com a espanhola Catarina de Aragão, viúva de seu irmão Artur. Nasceu-lhes uma filha chamada Maria Tudor, mas não nascera nenhum filho homem e isso afligia o monarca, pois precisava de um herdeiro no trono. O rei acreditava que Deus o estava punindo por ter se casado com a viúva do irmão. Quis então se divorciar de Catarina para se casar e ter um filho homem legítimo. Entretanto, ao perceber que o papa não lhe concederia o divórcio, “Henrique resolveu obtê-lo através do clero inglês que seria coagido para tanto pelo Parlamento” (CAIRNS, 2008, p. 297). Assim, “Henrique obrigou o clero a aceitá-lo como chefe da igreja da Inglaterra” (CAIRNS, 2008, p. 297) e em 1533 seu divórcio com Catarina foi concretizado e o monarca foi declarado chefe do clero. A ruptura política com Roma foi efetivada, no entanto, a teologia da Igreja Anglicana, ainda continuava fiel à Igreja Romana.

A Igreja Luterana foi estabelecida devido a problemas que surgiram por volta do ano de 1526. Os príncipes alemães fizeram um concílio geral levando a Dieta de Speyer, estabelecendo que cada “estado estaria livre para seguir a fé que sentisse ser correta” (CAIRNS, 2008, p. 265). Isso fez com que Lutero desenvolvesse uma “organização e uma liturgia eclesíásticas próprias para seus seguidores” (CAIRNS, 2008, p. 265). Porém, em 1529, a decisão da Dieta anterior foi revogada declarando a fé católica romana como única. Mas houve “Protesto” e então foram chamados “Protestantes” por seus opositores. Assim, Melancton elabora com a aprovação de Lutero a “Confissão de Augsburgo” que foi transformada no credo oficial da Igreja Luterana em 1530.

Um movimento de ampla magnitude é o movimento Calvinista ou Reformado, ou ainda fé reformada, que foi iniciado com João Calvino. O reformador francês escreveu as *Institutas da Religião*, as quais são a base de sua teologia, elaboradas de forma sistematizada. “O calvinismo fez adeptos na Suíça, Escócia, Holanda, França, Boêmia e Hungria” (CAIRNS, 2008, p. 323). As obras por ele escritas são a base da teologia de muitas igrejas que surgiram, como a Igreja Reformada Suíça, Igreja Reformada Neerlandesa, Igreja Reformada Francesa (chamada Igreja dos huguenotes), Igreja da Escócia, Igreja Congregacional, por fim, destaca-se a Igreja Presbiteriana. Cairns (2008, p.278) complementa que o “‘Presbiterianismo’ é a palavra usada para exprimir a forma de organização eclesíástica concebida por Calvino”.

4.3.3 Fortalecimento dos princípios sociais e econômicos da burguesia

A Reforma Protestante corroborou para mudanças em Genebra, local de grande importância na vida do reformador João Calvino. A cidade era um importante centro comercial, a qual passou por crises, visto que, entre os anos 1464 e 1466, os banqueiros fecharam suas filiais ali. Finalmente perdeu seu status de centro comercial em 1535, mesmo ano em que se deu sua independência. No ano seguinte ao aceitar a Reforma, Genebra passou a contar com recursos financeiros por meio de uma aliança que sustentava as cidades protestantes em tempos difíceis.

Outro motivo de importância para o fortalecimento econômico de Genebra, ao menos em parte, foi porque Calvino foi a força motivadora da migração. Muitos artesãos refugiados chegaram em Genebra, vindo da França. A partir de então, indústrias manufatureiras, de produção de relógios de parede e de bolso, indústria editorial, indústrias acessórias, de produção de papel, de tipos de impressão, de tecidos e cortinas e de seda se instalaram na cidade. “As feiras de Genebra, que já haviam sido ponto de distribuição para as mercadorias italianas, na Europa ocidental, tornaram-se, nesse momento, o centro de uma rede de distribuição para os itens produzidos em Genebra” (McGRATH, 2004, p. 259). Não se pode classificar o capitalismo de Genebra como no sentido *moderno* do termo, porém, MacGrath (2004, p. 260) afirma que “ainda assim, é o Capitalismo” que estava surgindo.

Além dessas contribuições, Calvino foi favorável: ao capitalismo de Genebra, ao investimento de capital em novas indústrias, aos princípios básicos do capital, o direito individual de propriedade, empréstimo de dinheiro a juros, taxa variável de juros. Para ele “o fiel é chamado a servir a Deus no mundo” (McGRATH, 2004, p. 262).

Calvino foi um dos grandes incentivadores e influenciadores da democracia. Por ser filho de um tabelião, com formação humanista, vivendo em uma Suíça republicana, ele, defendia o princípio da separação governamental entre a Igreja e o Estado. Calvino entendia que a Igreja e o Estado foram criados por Deus com a finalidade de beneficiar os homens, sendo assim, ambos deviam contribuir para o florescimento do cristianismo. (CAIRNS, 2008, p. 251-254).

Segundo a doutrina Calvinista, o homem já nasce predestinado à salvação ou condenação eterna. Um dos sinais da salvação é a riqueza acumulada por intermédio do trabalho. O trabalho pode ser considerado um caminho através do qual o homem poderia expiar seus pecados e sinalizar a prosperidade como uma benção divina. Calvino condenava a concupiscência, para ele era preciso investir o lucro para gerar mais trabalho. Ao estimular a

ideia da frugalidade e do trabalho como algo dignificante, Calvino contribuiu de forma significativa para o estímulo do capitalismo (CAIRNS, 2008, p. 252-253).

O sociólogo alemão Max Weber, explica que enquanto o catolicismo rejeitava a ocupação econômica, o protestantismo favorecia o “espírito do Capitalismo”. Favorecia o espírito comercial, valorizando o comportamento aquisitivo e a competitividade. Enquanto o católico trabalha para viver, o protestante vive para trabalhar. A ética medieval católica condenava a acumulação de capitais, o empréstimo a juros e propõe a doutrina do “preço justo”. O protestantismo alforriou a burguesia das proibições eclesiásticas das práticas comerciais, apoiando a ideia da compra de mercadorias para serem revendidas com lucro. Para os camponeses a Reforma foi a chance de reparar as injustiças do sistema feudal. Os homens modernos priorizam seus negócios em detrimento a religião. Os homens modernos existem para o seu negócio, e não mais, em função da religião, de Deus.

A visão protestante do capitalismo gerou uma mudança de comportamento social, provocou um choque cultural, e formou uma nova concepção capitalista. Facilitando o desenvolvimento econômico mundial, o que podemos perceber nos dias atuais

4.3.4 Tradução da Bíblia

Sobre a tradução da Bíblia para o idioma alemão, Cairns (2008) relata que

Lutero não perdeu tempo durante sua residência forçada no castelo de Wartburg, de maio de 1521 a março de 1522. Servindo-se da edição do Novo Testamento grego feita por Erasmo, completou em menos de um ano sua tradução alemã do Novo Testamento. A Bíblia toda, inclusive os Apócrifos, foi traduzida do original para o alemão e concluída em 1534. Quando publicada, não só foi a primeira Bíblia do povo alemão em sua própria língua como também se estabeleceu como forma padrão da língua germânica. (p.263-264)

Na língua francesa, a primeira tradução foi feita pelo humanista Jacques Lefèvre (1455-1536) que esteve estudando na Itália e ao perceber que os italianos desejavam estudar a Bíblia. Com esse incentivo, em 1525 produziu a tradução do Novo Testamento para o francês, a partir da Vulgata Latina – versão traduzida para o latim por São Jerônimo no fim do século IV. Porém, Cairns (2008, p. 284) explica que “a Bíblia de Lefèvre, baseada na Vulgata, desagradou a muitos, e assim Pierre Olivetano (c. 1506-1538) [...] terminou nova tradução”. Olivetano, é um erudito das línguas originais, professor da Universidade de Estrasburgo e discípulo próximo de

Lefèvre. Também era primo de João Calvino e o havia influenciado para sua conversão. Nesta versão da Bíblia, Calvino compôs o prefácio.

4.3.5 Impacto na educação

Na educação, os impactos da Reforma Protestante foram determinantes, particularmente para os países do centro e norte da Europa. Na Idade Média, a igreja era a única responsável pela organização e manutenção da educação escolar. Após a Reforma, o luteranismo operava para uma melhoria marcante nos métodos educacionais. Na Alemanha, Melanchton e John Bugenhagen, amigos de Lutero, trouxeram o *volksschule* (escola do povo) à existência e reconstruíram o currículo universitário. Martinho Lutero também estimulava a criação de escolas para toda a população. Houve forte ênfase ao ensino para suprir as demandas da recém-chegada sociedade moderna, com dimensões geográficas, políticas, econômicas, intelectuais e religiosas em transformação. A contribuição da Reforma no contexto educacional é tamanha que, de acordo com alguns estudiosos, a educação pública teve origem nesta época (LATOURETTE, 2006, p. 1340).

Influenciado pelos ideais de Lutero, o bispo João Amós Comenio (1592-1670) de *Unitas Fratrum*, foi o pioneiro em uma teoria educacional que exercia ampla influência no entendimento de tratar a criança como uma criança. Da mesma maneira, na Escócia João Knox teve altos ideais para um sistema de educação abrangente para a totalidade do país.

Na língua francesa, aconteceu um desenvolvimento importante de “qualidades abstratas, semânticas e analíticas” (McGRATH, 2004, p. 157). Os debates e literaturas não eram escritos em francês, mas em latim. Sendo que o francês era a língua de poucos na França, e no ano 1500, era uma língua inadequada para a erudição. Com a Reforma e por meio da decisão de Martinho Lutero de se transformar em um reformador acadêmico, em 1520 a língua local passou a ser usada para as argumentações intelectuais. Com isso, em “1540, tinha-se tornado comum conduzir uma argumentação teológica, normalmente de natureza altamente abstrata, em francês” (McGRATH, 2004, p. 158).

João Calvino, o reformador de Genebra participa do refinamento da língua francesa, pois em 1541 publica a edição francesa de suas *Institutas*, a qual McGrath, (2004, p. 159) conclui que representa “um marco para a Reforma e para a evolução da língua francesa. Essa obra, amplamente considerada como ‘o primeiro monumento da eloquência francesa’”. Cairns (2008) abrange os feitos protestantes afirmando que

Calvino também incentivou a educação. Criou em Genebra um sistema de educação em três níveis, em cujo topo estava a Academia, hoje conhecida como Universidade de Genebra, fundada em 1559. Sua ênfase na educação chegou à América, quando algum tempo depois os puritanos, calvinistas, criaram escolas no novo mundo. (p.283).

Procedente da Contra Reforma - que foi a resposta da igreja católica contra a Reforma Protestante - vieram muitos movimentos pela educação. Diversas congregações de mulheres surgiram com a educação em massa, uma das mais antigas uniões femininas neste ínterim foram as Ursulinas. Na Irlanda, surgiram as “escolas cercas vivas” que visavam dar estudos aos camponeses (LATOURETTE, 2006, p. 1338).

Devemos ainda lembrar que muitas das descobertas científicas e do desenvolvimento intimamente relacionados à matemática foram realizadas por homens da fé cristã. Podemos rematar nosso pensamento dizendo que os efeitos do cristianismo estavam e estarão amalgamados com o intelecto humano, mormente após o acontecimento do século XVI.

4.3.6 Resultados da Reforma Protestante para a Igreja Católica

Alguns resultados da Reforma Protestante para a Igreja Católica serão citados, porém, de forma sucinta, fazendo-se necessários para que haja compreensão de todo o panorama após a ruptura com a Igreja.

4.3.6.1. Definição de Contra Reforma

Com a defluência da Reforma Protestante, o mundo ocidental até então, predominantemente católico, encontrou-se dividido entre cristãos católicos e cristãos protestantes, os cristãos não estavam mais alinhados em relação à Santa fé. A Igreja Medieval não podia mais se omitir diante do movimento da Reforma Protestante iniciada em 1517 por Lutero na Alemanha e que avançava por muitos países da Europa.

A Igreja Católica Romana precisava dar uma resposta a esse movimento também conhecido como Protestantismo. Os católicos sujeitaram a Igreja a uma severa averiguação com a finalidade de estabelecer seu aprimoramento, o que resultou em uma vasta reforma que fez com que a Igreja retomasse o seu caminho. A resposta da Igreja Católica Romana ficou conhecida como Contra-Reforma ou Reforma Católica, liderada pelo clero superior e pelo papado, gradativamente o espírito reformador foi se consolidando na hierarquia católica. A Contra-Reforma foi principalmente de caráter moral e administrativo, por conseguinte, os abusos e as corrupções eram eliminados e o poder se centralizava cada vez mais no papa e nas

doutrinas tradicionais. Roma se posicionou com firmeza contra o protestantismo validando-se como uma potência a ser considerada em toda a Europa (NICHOLS, 2000, p. 196-197).

4.3.6.2. Renovação Dentro Da Igreja Organizada

Nesse período, a teologia católica se concentrou em refutar o protestantismo, dedicando-se na criação de novas ordens monásticas com o intuito de impedir o progresso do protestantismo.

Podemos destacar como uma importante ordem a do Oratório do Amor Divino, fundada em 1517 e liderada por São Caetano de Thiene, composta por aristocratas, clérigos e leigos que estavam empenhados em uma vida espiritual profunda, envolvida em obras de caridade e na reforma. Os mais importantes membros desta ordem foram Giovanni Pietro Caraffa, papa Paulo IV e Gaetano di Tiene que serviram como inspiração para os papas reformadores, alguns deles participaram da comissão de elaboração de um plano de reforma religiosa. Em 1537, essa ordem apresentou um documento que relatava que os abusos da Igreja Romana tiveram início com os pontífices anteriores que haviam vendido ofícios e dispensações sem distinção (CAIRNS, 2008, p. 280).

O Oratório do Amor Divino também serviu de inspiração para o surgimento de outras ordens religiosas como a ordem italiana Teatina, fundada por Gaetano di Tiene com a ajuda de Giovanni Pietro Caraffa, no ano de 1524, essa ordem se destacou por impor aos sacerdotes seculares a viverem conforme a tríplice regra: pobreza, castidade e obediência à comunidade religiosa, deixando-os livres para o serviço em favor do povo. O serviço social, o ensino e as pregações destes sacerdotes reavivaram o respeito pela Igreja Romana na Itália. Outra ordem que se destacou foi a dos Capuchinhos, fundada em 1525 por Matteo di Bassi, formada por camponeses com uma forma de vida mais simples e com pregações populares, sendo oficializada em 1528, pelo Papa Clemente VII (CAIRNS, 2008, p. 281).

Destacou-se ainda a ordem Ursulina fundada estritamente para mulheres, sob o comando de Ângela Merici em 1535, tendo como objetivo educar a juventude feminina pobre e amparar doentes (CAIRNS, 2008, p. 282). Todas as ordens supracitadas se colocaram a serviço da Igreja de Romana colaborando de forma significativa com a inibição do avanço do protestantismo.

4.3.6.3 Oposição Ao Protestantismo

Como forma de reverter os cristãos católicos que aderiram ao protestantismo a Igreja de Roma investiu na pregação efetuada por monges bem instruídos. Uma poderosa e eficiente arma utilizada pela Igreja de Roma foi à ordem dos Jesuítas que atuaram como uma propaganda positiva para Igreja. Também conhecida como Companhia de Jesus essa ordem foi fundada por Inácio de Loyola em 1540, com o propósito de promover o progresso eclesiástico e lutar contra os inimigos da Igreja Romana, com um espírito de lealdade inquestionável ao papa e aos interesses da igreja. A organização da ordem era baseada por um sistema severo de disciplina, cada membro era aceito na ordem por meio de juramento de obediência aos seus superiores, como se estes ocupassem o lugar de Jesus Cristo (NICHOLS, 2000, p. 198).

Os Jesuítas foram bem sucedidos em sua tarefa contra o protestantismo principalmente por investirem sua energia em áreas essenciais para época como a própria igreja, a educação, e a política. Nas igrejas, promoviam reuniões cativantes com pregadores habilidosos dando uma nova vida aos cultos públicos da Igreja Romana em muitas localidades. Na área educacional, abriram muitas escolas primárias com ensino gratuito e de qualidade formando de forma sutil, devotos para Igreja Romana, que conseqüentemente atraíam os pais para o mesmo ideal. Os jesuítas investiram ainda de forma contundente na política, incentivando a devoção à igreja e propagando o ódio ao protestantismo ocasionando grandes perseguições contra os protestantes em vários países europeus (NICHOLS, 2000, p. 199). Os Jesuítas foram tomados por um espírito de Contra Reforma e o seu ideal de dizimar os dissidentes.

A Igreja de Roma dispunha ainda de duas armas de repressão para corroborar com a propaganda positiva realizada pelos jesuítas a Inquisição e o Índice. Os líderes da Contra Reforma defenderam com veemência a ideia medieval de usar a força como forma de justiça para combater as heresias. Os considerados de antemão como culpados eram forçados a testemunhar contra si mesmos e sobre tortura confessar sua culpabilidade. Ao receberem a sentença de condenação, tinham seus bens confiscados, eram presos e por fim queimados na fogueira a menos que confessassem sua culpa e se retratassem perante os inquisidores. Muitas pessoas foram mortas sob essas circunstâncias. Associada a Inquisição atuava o Índice, que por meio da Igreja relacionavam livros proibidos para os fiéis. Dentro dessa lista de livros condenados estavam contidos todos os escritos protestantes e todas as versões da Bíblia, com exceção a Vulgata. O Índice foi abolido no ano de 1966 (CAIRNS, 2008, p.284-285).

Com essa medida, muitos católicos não tiveram acesso à literatura protestante, o que contribuiu para retraimento da propagação dos ideais do Protestantismo.

4.3.6.4 O Concílio de Trento

Com o objetivo de combater à Reforma Protestante e assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, convocado pelo papa Paulo III, em 1545 foi realizado um concílio com duração de dezoito anos, dividindo em três longas sessões, denominado Concílio de Trento ou Concílio da Contra Reforma. O concílio proporcionou à Igreja Católica uma declaração completa da sua doutrina. No clima de ofensiva oposição ao protestantismo, a igreja alcançou uma expressão definitiva sobre sua crença, dogma e prática com relação às grandes verdades religiosas, reorganizando o sistema de governo eclesiástico, com a finalidade de torna-lo mais eficiente, removendo alguns dos seus piores males, deixando a igreja mais bem preparada para combater o protestantismo. Os principais assuntos tratados no concílio foram: a condenação à venda de indulgências; a reativação da inquisição; evidência da doutrina da infalibilidade papal; a criação de seminários para a formação de sacerdotes; a confirmação da indissolubilidade do casamento; a confirmação dos sete sacramentos; a proibição do casamento para os membros do clero; a confirmação da existência do purgatório; a importância da missa dentro da liturgia católica; confirmação do culto aos santos e à Virgem Maria e a confirmação da salvação pelas obras e pela fé (NICHOLS, 2000, p. 199).

Dentro do contexto acima descrito o concílio de Trento buscou condenar as doutrinas protestantes e reafirmar os dogmas da fé católica.

4.4 Diferença Entre o Catolicismo e o Protestantismo No Século XVI

São várias as diferenças entre as doutrinas católicas e protestantes. Não há neste trabalho a intenção de esgotar o assunto, mas pontuar brevemente questões relevantes.

Não houve um arranjo ou uma ordem de merecimento maior entre uma doutrina e outra, visto que todas fundamentaram a necessidade de reforma. Com base nessas diferenças, é que surgiram as discordâncias dentro da Igreja Católica Romana.

A doutrina da autoridade final da Bíblia é um destes pontos de divergência entre Católicos e Protestantes. Uma das matérias de discórdia da Reforma consiste em que a Escritura é a única fonte de autoridade para o protestantismo. Semelhantemente no catolicismo a Bíblia é a fonte de fé, porém, sustentam que sua interpretação deve ser feita pelos Padres da Igreja. E ainda afirmam que a tradição católica também é uma fonte de fé, assim como o Magistério da Igreja.

Esse ponto de divergência se dá, pois “a igreja de Roma sustentava para si mesma o direito de interpretar, de modo infalível, a Escritura, sendo a única depositária de toda a verdade” (CAMPOS, 2017, p. 302). No entanto, os reformadores contestaram esse parecer

concluindo que “não era a igreja que autenticava os livros da Escritura como inspirados. Não era o *testimonium ecclesiae*, mas o testemunho do Espírito Santo que passou a ter primazia no protestantismo da Reforma” (CAMPOS, 2017, p. 302).

As Escrituras passaram a ter destaque e importância na Teologia dos Reformadores “em contraste com a ênfase na tradição e no magistério da igreja, sustentados pela Teologia de Roma.” (CAMPOS, 2017, p. 303). Na Teologia Reformada, a proeminência da Escritura juntamente reconhece que ela não tem erros, ou seja, é inerrante ou infalível, pois é plenamente divina – apesar dos traços de humanidade dos autores humanos. A Bíblia é autossuficiente e os “reformadores reconheceram que a Escritura, em si e por si mesma, era uma fonte de autoridade que vinha de Deus, independentemente do reconhecimento da igreja” (CAMPOS, 2017, p. 303). Nichols (2017, p. 91) arremata ao dizer que o “*sola Scriptura* significa também que a Bíblia permanece como o único guia certo e necessário para a vida e a piedade”.

A cristocentricidade teológica da Escritura foi igualmente sustentada pelos reformadores. Houve rejeição da interpretação alegórica que antes fora usada por Orígenes – um teólogo e pai da igreja de Alexandria que viveu no II século. O sistema exegético foi contestando e o método aplicado pela teologia protestante consiste na exegese histórico-gramatical (FERREIRA, 2017).

Ainda nesta discussão, outro tema que merece destaque é a centralidade bíblica na prática, ou seja, a Bíblia deve ser o centro da liturgia. A pregação da Palavra, era praticamente desconhecida no culto “até que Lutero os trouxesse para dentro da igreja” (NICHOLS, 2017, p. 226).

Logo, Reeves e Chester (2017) corroboram com os autores anteriores, porém fazem ressalvas e arrematam argumentado que o *sola Scriptura*:

Não significa que outras coisas não possam informar a nossa teologia. Os reformadores citavam livremente os teólogos do passado como guias de autoridade. Eles refletiam sobre a experiência e utilizavam a razão. O que o *sola Scriptura* quer dizer é que, quando temos de escolher, há apenas uma escolha que podemos fazer: somente a Escritura é nossa autoridade máxima. Em especial, é a suprema autoridade, em contraste à autoridade da Igreja, com suas tradições. (p.43).

Por isso, a autoridade final da Escritura foi amplamente apresentada, já que ela sozinha ensina tudo o que é necessário para a salvação do pecador, pois é a revelação divina ao ser humano.

A doutrina da justificação pela fé que corresponde ao *sola fide*, isto é, somente pela fé, é talvez o ponto de partida para a Reforma. A Igreja católica afirmava que a salvação é pela fé e pelas obras – nas quais as indulgências e as penitências estão elencadas. A teologia reformada aceita apenas a visão bíblica, em que ser justificado e obter a salvação decorre somente pela fé, mediante o sacrifício de Cristo Jesus (ERICKSON, 2015, p. 909-912). Algum tempo depois que Lutero descobriu de fato essa doutrina, ele escreveu as 95 teses, pois compreendeu que comprar indulgência, fazer penitências eram contra a Palavra de Deus e de modo nenhum poderia salvar o pecador, concluindo que a salvação seria somente pela fé (GRUDEN, 1999, p. 78). Por isso, Ferreira (2017, p. 141) conclui que “a fé é estender mãos vazias em direção ao Cristo crucificado”.

Ainda no tema da salvação outra teologia que se opôs ao pensamento católico foi o *solus Christus*, isto é, salvação somente por Cristo. A teologia católica, segundo Nichols (2017, p.96) por dependência exagerada e por “abusar dos sacramentos, por uma confiança mal depositada da igreja romana, o fato de que somente Cristo reconcilia a humanidade a Deus havia sido obscurecido no passar dos séculos do período medieval”. Os reformadores entenderam que a salvação do homem não é meritória como afirmava a Igreja católica ao vender as indulgências e exigir do fiel obras para a execução da salvação. Para o protestante, somente a obra vicária, mediatória e expiatória de Cristo pode justificar o pecador, conseqüentemente, nenhuma obra pode substituir o sacrifício do Salvador (REEVES e CHESTER, 2017). Somado a isso e ao mesmo tempo corroborando com a ideia anterior, há o *sola gratia*, isto é, somente pela graça. Os *solas* se fundem, pois a salvação só vem pela graça de Deus e por nenhuma obra (FERREIRA, 2017).

O último *sola* também contrapõe à doutrina católica. É o *solus Deo gloria*, isto é, glória somente a Deus. Apontando Deus como Criador, Mantenedor, Redentor, e único Mediador entre Deus e os homens. Sendo assim, o protestantismo concluiu que só a glória deve ser dada unicamente a Deus, pois ele é o Autor e consumidor da nossa fé (Hb 12.2). Por isso, a autoridade papal foi rejeitada, bem como a veneração a Maria e aos santos, com a paralela eliminação de imagens de escultura, que são práticas do catolicismo. Nichols (2017, p. 105) esclarece de forma direta que Lutero cria que “a Escritura é infalível, mas não o papa”

Os sacramentos tiveram sua parcela de discrepância entre as duas teologias. Uma vez que para a igreja católica existem sete sacramentos que fazem parte da vida do cristão e estes são “ritos instituídos por Cristo ou pela Igreja, como sinal externo e visível de uma graça interna e espiritual (CHAMPLIN, 2015, p. 20). Os sacramentos da Igreja Católica Romana são sete sendo, batismo, crisma (ou confirmação), santa eucaristia, matrimônio, penitência, santas

ordens e extrema-unção. Destacando-se que estes ritos são meios de salvação. Para o protestante o termo sacramento não é usado, e sim, ordenanças que são apenas duas – o batismo e a Ceia do Senhor. Reeves e Chester (2017, p.160) mencionam que “os reformadores não se opunham as outros cinco atividades” no entanto “se opunham à teologia subjacente”.

Mesmo havendo a concordância em dois ritos, eles se distinguem em alguns pontos. No caso do batismo, enquanto no catolicismo a cerimônia acontece com infantes, no protestantismo a especificação bíblica é rigidamente observada. Sucede-se apenas com indivíduos jovens ou adultos que possam tomar a decisão de aceitar os ensinamentos bíblicos e a Jesus como único Salvador de forma pública. Já no caso da Ceia do Senhor, o protestante acredita que o pão e o vinho são símbolos do corpo e sangue de Cristo. No entanto, a teologia católica afirma que na eucaristia “o pão e o vinho transmutam-se no corpo e sangue de Cristo” (CHAMPLIN, p. 2015, p. 484), por isso é chamada de Transubstanciação.

O conceito do sacerdócio de todos os crentes foi preferido pelo protestantismo ao conceito de que apenas o ministro, o qual é padre e confessor da Igreja Católica seria o intercessor entre o homem e Deus, depreciando os leigos. É preciso ressaltar que “Lutero não aboliu o clero”, mas rejeitava “qualquer esquema que estabelece uma classe de sacerdotes como mantenedores de acesso privilegiado e especial, relegando os demais crentes à condição de cristãos de segunda classe” (NICHOLS, 2017, p. 97). Neste mesmo contexto, Vanhoozer (2017, p. 197) enquadra o contexto da Reforma afirmando que:

O solus Christus (Cristo somente), assim como o *sola gratia* e o *sola fide*, expressava a convicção protestante de que “debaixo do céu não há outro nome entre os homens pelo qual devamos ser salvos” (At 4.12) e que há somente “um Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1 Tm 2.5). Nas palavras de Jesus, “ninguém chega ao Pai, a não ser por mim” (Jo 14.6). À primeira vista, isso parece excluir a necessidade da igreja e da classe sacerdotal. Contudo, uma análise mais detida revela que o *solus Christus* não nega o ofício sacerdotal, mas o ressitua e o redefine. À medida que eleva Cristo e seu reino, o *solus Christus*, juntamente com os outros *solas*, implica o sacerdócio real de todos os crentes, o domínio público onde a vontade de Deus é feita, assim na terra como no céu.

Reiterando a citação de Nichols e Vanhoozer, percebe-se que os reformadores não estavam enfatizando o sacerdócio de todos os crentes de forma individual, mas como corpo de Cristo. Ou seja, todo homem é um sacerdote para os demais homens.

O celibato obrigatório imposto aos ministros como requisito foi rejeitado pelo cristão protestante. Calvino se opôs veementemente relatando que os teólogos católicos proibiram “o casamento dos sacerdotes, e sustentam que esta é a interpretação verdadeira e natural da Escritura, mesmo quando não se pode imaginar nada que seja mais alheio” (CALVINO, 2009, p. 606).

A hierarquia eclesiástica, os concílios e a sucessão apostólica foram totalmente rejeitados. Uma simplificação no ministério, foi acordada pelo protestantismo, gerando um governo democrático. Calvino (2009, p. 606) corrobora com esse pensamento e afirma que nos concílios os romanistas abusam chamando o que foi estabelecido de interpretação das Escrituras, “no entanto, sobre o Purgatório, a intercessão dos santos, a confissão auricular e coisas semelhantes não se encontra uma só sílaba na Escritura”. Lutero declarou que “não precisamos de concílios a favor da Palavra de Deus, pois esta é segura o suficiente” (LUTERO, 2017, p.285). E a respeito da sucessão apostólica Lutero acreditava que “a igreja é sustentada pelo Espírito Santo, não pela sucessão hereditária” (LUTERO, 2017, p.214).

O culto simples e na língua local foi preferido, ao invés, da missa feita em latim. Isso além do fato de sermões e estudo da Palavra. Afora a grande ênfase na necessidade do indivíduo estudar as Escrituras por si só, negando a ideia de que somente a Igreja tem autoridade para interpretá-las. Bainton (2017) mostra um pouco do cenário dizendo que “o tom do culto foi inteiramente modificado em dois aspectos: havia mais Escrituras e mais instruções”, e revela que

O Evangelho e as Epístolas assumiram uma posição mais proeminente; as palavras da eucaristia eram proferidas em alemão; o sermão ocupava um tempo maior. [...] A igreja assim se tornava não apenas uma casa de oração e louvor, mas também uma sala de aula. (p.344)

Essas dissidências não fazem dos reformadores cismáticos. Eles entenderam que “as igrejas existiam onde quer que dominasse a autoridade do evangelho” (REEVES e CHESTER, 2017, p. 183). A igreja é formada por um povo por quem Cristo morreu e que pelo seu sacrifício aceitam a salvação. Isto significa que não é por fazer parte de uma igreja que o indivíduo é salvo, mas fazer parte da igreja para ser salvo.

5 MÉTODO

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico a partir de livros, artigos científicos, monografias e dissertações.

Como fonte primordial, o pensamento de historiadores renomados principalmente Justo Gonzáles e Earle Cairns.

Esse estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, utilizando como único método o levantamento de referências teóricas já publicadas com o objetivo de recolher informações e conhecimentos acerca do período histórico estudado.

Este estudo tencionou esclarecer aos cristãos qual foi o cenário decorrido antes da Reforma Protestante que levou o momento de sua eclosão, bem como, os motivos que levaram a tal reforma. Utilizando como único método o levantamento de referências teóricas já publicadas com o objetivo de recolher informações e conhecimentos acerca do período histórico estudado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho percorrido para o desenvolvimento desta pesquisa, mostramos de forma detalhada, o cenário decorrido antes da Reforma Protestante que levou o momento de sua eclosão, bem como, os motivos que levaram a tal reforma, fomentando significativas mudanças nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e religiosos, promovendo um impacto de grandes proporções que reverberam até os dias hodiernos.

Pretendemos com esse trabalho esclarecer um relevante momento histórico trazendo luz a fatos importantes e incontestáveis, que antecederam as 95 teses de Martinho Lutero. A amplitude do assunto em questão é expressiva, no entanto, delimitamos ao período que antecedeu o movimento de 1517 com o intuito de verificar os âmbitos sociais, políticos e econômicos e não somente os religiosos, dado que o conjunto destes se somaram para que a Reforma Protestante se tornasse uma realidade.

Diante disso, pudemos constatar que a Reforma Protestante foi inevitável. A sociedade clamava por mudanças, visto que, os religiosos não mais tinham a Bíblia como centro, gerando um colapso da fé. A intervenção de Martinho Lutero na História foi o último gatilho para a eclosão do movimento protestante. Trazendo esperança e um novo caminho, utilizando-se da Sagrada Escritura por meio da fé, possibilitando a todos os homens sem distinção um encontro com Deus - sem pontes estabelecidas anteriormente pela Igreja Católica Romana.

Por fim, todo nosso afinco para a realização desta disquisição não objetiva conferir um ponto final a este assunto. E sim, com base bibliográfica vinculando nossa cosmovisão à relevância da Reforma Protestante, remontar uma linha de raciocínio, a fim de que se possa enxergar um novo horizonte para o cristianismo.

REFERÊNCIAS

- CAIRNS, E. E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. 3ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CAMPOS, H. C. *Eu sou: a doutrina da revelação verbal de Deus – vol 1*. São José do Campos, SP: Fiel, 2017.
- CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia – vol 6*. São Paulo: Hagnos, 2015.
- BAINTON, R. H. *Cativo à Palavra: a vida de Martinho Lutero*. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- DAWSON, C. *A divisão da cristandade*. 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.
- ERICKSON, M. J. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- FERREIRA, F. *Pilares da Fé: a atualidade da mensagem da Reforma*. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- GEORGE, T. *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- GONZÁLEZ, J. L. *E até aos confins da Terra: uma história ilustrada do Cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- GONZÁLEZ, J. L. *História Ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- GONZÁLEZ, J. L. *História Ilustrada do cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- GRUDEN, W. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- HURLBUT, J. L. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2002.
- LATOURETTE, K. S. *Uma História do Cristianismo: 1500 a.D. A 1975 a.D.* São Paulo: Hagnos, 2006. v. 2.
- LUTERO, M. *Conversas à mesa*. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2017.
- McGRATH, A. *A vida de João Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- McGRATH, A. *Origens intelectuais da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- NICHOLS, R. H. *História da Igreja Cristã*. 11ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- NICHOLS, S. J. *Além das noventa e cinco teses: a vida, o pensamento e o legado de Martinho Lutero*. São Paulo: Vida Nova, 2017.

REEVES, M.; CHESTER, T. *Por que a Reforma ainda é importante*. São José dos Campos, SP: Fiel, 2017.

SPROUL, R. C. *Somos todos teólogos: uma introdução à teologia sistemática*. São José dos Campos, SP: Fiel, 2017.

VANHOOZER, K. J. *Autoridade bíblica pós-reforma: resgatando os solas segundo a essência do cristianismo puro e simples*. São Paulo: Vida Nova, 2017.

WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. 2ª ed. Especial Vol. I e II. Rio de Janeiro e São Paulo: Juerpe, 1980.

ZUKOWISKI, J. “Os Antecedentes da Reforma”. In: ARAÚJO, G.S (Org.). *A Reforma Protestante: uma visão adventista*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2017.

Autorizamos cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor. Autorizamos também a divulgação do arquivo no formato PDF no banco de monografias da Biblioteca institucional.

Ana Paula Gomes Bezerra; Fernanda de Carvalho Lima;
Heloísa Helena Serafim Oliveira Santos.

Pindamonhangaba, dezembro de 2018.